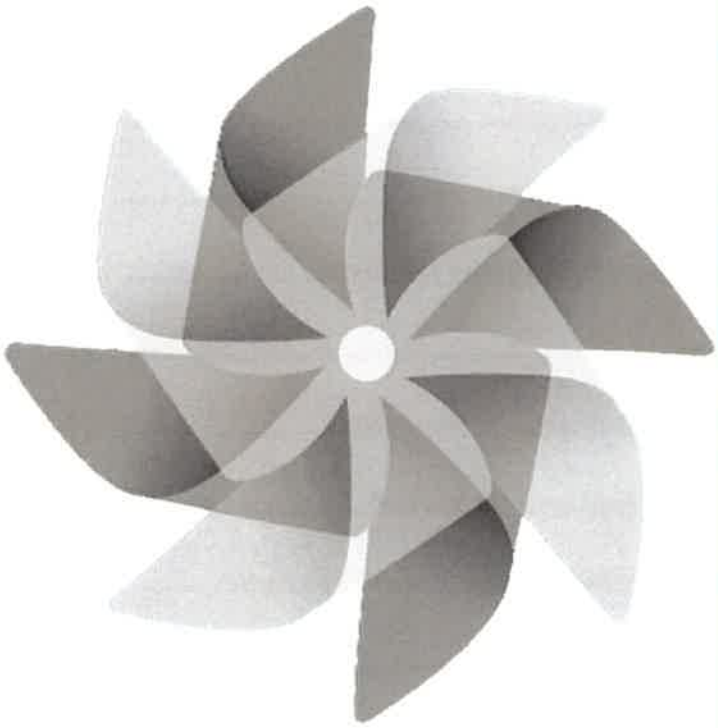
Relatório e Contas de 2024



Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém

27 de março de 2025

Índice: Pag.

1. Enquadramento Institucional..... 5

2. Relatório da Atividade..... 8

3. Balanço e Demonstração de Resultados..... 26

Balanço em 31 de Dezembro de 2023..... 26

Demonstração de Resultados de 2023..... 27

4. Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados..... 38

Movimentos Ativos Fixos Tangíveis..... 46

Empréstimos Obtidos..... 47

Inventário..... 48

Rédito..... 48

Subsídios, Doações e Legados à exploração..... 49

Benefícios dos empregados..... 49

Créditos a receber..... 49

5. Fatores Condicionantes do Resultado..... 51

6. Resultados Por Valências / Centros de Custo..... 53

Administração..... 53

Creche e Jardim de Infância do Montinho..... 54

Creche e Jardim de Infância "O Ninho"..... 56

Centro de Bem Estar Infantil de Santa Teresinha..... 59

ERPI Santa Maria..... 61

Apoio Domiciliário..... 64

Exploração Agrícola..... 66

ERPI Pinhal..... 67

Unidade São João de Deus..... 70

Unidade Conde do Bracial..... 72

7. Anexo 1 – Certificação Legal das Contas..... 75

8. Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal..... 78

INTRODUÇÃO

Para o cumprimento do estabelecido no Compromisso, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém vem submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral de Irmãos, o Relatório e Contas de 2024. O Relatório e Contas sistematiza as ações desenvolvidas pela mesa administrativa no ano de 2024.

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém pauta a sua atuação com base na sua missão, que visa assegurar cuidados de apoio social e de saúde individualizados ao utente/cliente, com o objetivo de assegurar as suas necessidades, promovendo a sua autonomia e a realização pessoal e social, garantindo o bem-estar, conforto e qualidade de vida, envolvendo famílias, profissionais, parceiros e comunidade. Tem como visão ser uma resposta social e de saúde de excelência nacional na qual as boas práticas ao utente/cliente transmitam credibilidade e qualidade. Direciona a sua intervenção com base nos valores: foco no utente/cliente; promoção da autonomia; respeito pela dignidade humana, direitos e deveres; melhoria contínua da qualidade; ética e sigilo profissional; integridade; rigor e transparência; responsabilização; eficiência na utilização de recursos e trabalho de equipa.

1. *Enquadramento Institucional*

Órgãos Sociais – Quadriénio 2025-2028

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Jorge Nunes

Vice-Presidente: Maria Joaquina Sobral de Matos

Secretário: António José Alves da Silva e Martins

Mesa Administrativa:

Provedor: Fernando José Brites Penedo Pinheiro

Vice-Provedor: António José de Jesus

Secretária: Maria Teresa Lobo de Vasconcelos Corte-Real Maldonado Correia

Tesoureiro: João Carlos Santos Guerreiro

Vogal: José Manuel Sobral Cavalinhos

Vogal: Francisco José Pereira Madeira do Ó

Vogal: Alexandre António Ferreira Pereira de Matos

Conselho Fiscal:

Presidente: Rui Afonso de Sousa Rodrigues da Silva

Vice-Presidente: Jorge Manuel Fernandes dos Santos Nunes Raposo

Secretário: José da Fonseca Fernandes

Apresentação da Instituição

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém também denominada Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém foi fundada no ano de 1499, é uma associação pública de fiéis, constituída na ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com os princípios da doutrina e moral cristãs.

É constituída pela área da Infância, Apoio ao Idoso e área da Saúde.

- Creche Santa Teresinha
- Creche/Jardim Infância do Montinho
- Creche/Jardim Infância O Ninho
- E.R.P.I. Santa Maria e Centro de Dia
- E.R.P.I. Residências do Pinhal
- Unidade de Convalescença Conde Bracial
- Unidade de Média Duração e Reabilitação Conde Bracial
- Unidade de Longa Duração e Manutenção São João de Deus

Missão

Assegurar cuidados de apoio social e de saúde individualizados ao utente/cliente, de forma equitativa, responsável e determinada, quer em contexto institucional ou no domicílio, com o objetivo de assegurar as suas necessidades e promover a autonomia, bem como a justiça social, garantindo o seu bem-estar, conforto, qualidade de vida e inclusão na sociedade, envolvendo famílias, profissionais, parceiros e comunidade.

Visão

Ser uma resposta social e de saúde de excelência nacional na qual as boas práticas e serviços ao utente/cliente transmitam credibilidade e qualidade, afirmando-se como um parceiro, que promove a inclusão no apoio aos utentes, famílias, profissionais, parceiros e comunidade.

Valores

Foco no utente/cliente | Promoção da autonomia do utente/cliente | Respeito pela dignidade humana, direitos e deveres | Ética e sigilo profissional | Envolvimento e participação | Justiça Social e Inclusão | Rigor e transparência | Responsabilidade Social | Eficiência na utilização de recursos | Trabalho de equipa | Melhoria contínua da qualidade | Aprendizagem Contínua | Inovação

Políticas Institucionais

Política da Qualidade | Política de Envolvimento dos Colaboradores no Planeamento, no Desenvolvimento do Serviço e na Melhoria da Qualidade | Política de Ética e Bem-estar | Política de Planeamento, Prestação e Avaliação de Serviços | Política de Recursos Humanos.

2- ACTIVIDADES DO ANO 2024

2.1 Contenção de Custos

A contenção de custos tem sido uma grande preocupação da Instituição e dentro do possível temos vindo a aplicá-la, mas temo-nos deparado com a inflação que veio condicionar todo e qualquer esforço na tentativa de manter os custos controlados. Como consequência, continuamos deficitários na maioria das valências. Esta situação tem sido muito difícil de comportar, sem afetar a qualidade dos serviços aos nossos utentes, situação indesejável na nossa Misericórdia que se rege por um serviço de qualidade.

2.2 Projetos e Candidaturas

Programa PARES 3.0 – ERPI de Santo André (ERPI Padre Manuel Malvar)

A obra teve inicio no inicio do ano de 2024, tendo sido adjudicada a empreitada à Empresa A.C.Nunes – Sociedade Unipessoal, Lda. Pelo valor de € 5.125.538,43 (cinco milhões, cento e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e oito euros e quarenta e três cêntimos), ao qual é acrescido o IVA à taxa legal em vigor, e com prazo de execução de 18 (dezoito) meses. Em virtude da aprovação da candidatura ao programa PARES 3.0 para a construção da ERPI de Santo André, o financiamento atribuído foi de 2.413.987,60€.

Valores faturados e pagos em 2024:

A.C. Nunes

Fatura nº	Data	Valor fatura	Pago em
57/2024	22-02-2024	112 024,99 €	TB 06-03-2024
69/2024	05-03-2024	35 778,10 €	TB 25-03-2024
124/2024	09-04-2024	80 910,85 €	TB 07-05-2024
172/2024	09-05-2024	104 702,00 €	TB 14-05-2024
207/2024	06-06-2024	151 025,92 €	TB 13-06-2024
231/2024	04-07-2024	160 938,30 €	TB 16-07-2024
261/2024	09-08-2024	248 270,06 €	TB 13-08-2024
289/2024	11-09-2024	219 105,47 €	TB 19-09-2024
305/2024	09-10-2024	216 518,01 €	
NC13/2024	10-10-2024	216 518,01 €	
310/2024	14-10-2024	222 577,00 €	
NC12/2024	14-10-2024	3 847,29 €	TB 25-10-2024
NC11/2024	14-10-2024	2 211,70 €	
333/2024	12-11-2024	24 518,91 €	TB 19-11-2024
332/2024	12-11-2024	163 919,77 €	TB 19-11-2024
373/2024	19-12-2024	136 983,10 €	TB 23-12-2024
		1 877 272,48 €	

Adjudicação	5 125 538,43 €
Valor faturado/pago	1 877 272,48 €
% execução	36,63%

Rui Bizarro

Fatura nº	Data	Valor fatura	Pago em
FT2023/146	21-02-2024	5 073,75 €	TB 18-04-2024
FT2023/158	18-03-2024	5 073,75 €	TB 18-04-2024
FT2023/174	12-04-2024	5 073,75 €	TB 07-05-2024
FT2023/188	14-05-2024	5 073,75 €	TB 06-06-2024
FT2023/204	13-06-2024	5 073,75 €	TB 03-07-2024
FT2023/225	17-07-2024	5 073,75 €	TB 07-08-2024
FT2023/254	05-09-2024	5 073,75 €	TB 19-09-2024
FT2023/258	13-09-2024	5 073,75 €	TB 04-10-2024
FT2023/281	14-10-2024	5 073,75 €	TB 06-11-2024
FT2023/305	13-11-2024	5 073,75 €	TB 05-12-2024
FT2023/334	13-12-2024	5 073,75 €	TB 07-01-2025
		55 811,25 €	

Adjudicação	91 327,50 €
Valor faturado/pago	55 811,25 €
% execução	61,11%

Já no que diz respeito ao financiamento da obra, temos a seguinte informação:

Subsidios/emprestimos	Valor obtido	Valor utilizado	% execução
Donativo	318 000,00 €	318 000,00 €	
Emprestimo CCAM	2 000 000,00 €	300 000,00 €	15,00%
Emprestimo Montepio	250 000,00 €	100 000,00 €	40,00%
ISS	2 413 987,60 €	931 653,58 €	38,59%
CMSC	500 000,00 €	159 696,59 €	31,94%

Habitação Colaborativa

O projeto tem como objeto a edificação de um Equipamento Social – Habitação Colaborativa, uma nova resposta social assente num modelo habitacional colaborativo que permitirá acolher 18 residentes. O objetivo é promover, estimular e potenciar as capacidades dos indivíduos e famílias permitindo a sua convivência e partilha de interesses, as relações intergeracionais e interculturais, a inclusão social com recurso a estruturas comuns, que promovam o bem-estar físico, emocional e social dos seus residentes. O projeto tem um custo estimado de € 947.858,75 (novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos), passível de comparticipação financeira, no âmbito dos fundos do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), no valor de € 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil euros) que poderá ser acrescido de 20% o que totalizará o valor de € 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil euros). Em agosto de 2024, foi lançado o procedimento para Empreitada de Construção de Edifício para Equipamento Social - Habitação Colaborativa, para a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, na plataforma de contratação de ComprasPT.
A data-limite fixada para a apresentação de propostas terminou no dia 22 de setembro de 2024 e não foram apresentadas propostas no presente procedimento. Com base neste fundamento, a Mesa Administrativa do Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém delibera, não avançar com a construção.

2.3 Exploração Agrícola

Cortiça

Em 2024 a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém procedeu à extração de 1350@ de cortiça nas Herdades do Coelho, Vale Maceira e Sesmarias, o que representou um rendimento de 40.000,00€.

Venda cortiça	40.000,00€
Gastos com tiragem	26.305,36€
Proveito	13.694,64€

Eucaliptos

Em 2024, procedeu-se ao corte de 5.759,02 Ton de eucaliptos na Herdade do Coelho, o que representou um rendimento de 184.288,64€

2.4 Apoio Social

2.4.1 Cantina Social

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém tem ao serviço da população, em parceria com a Segurança Social a resposta Cantina Social desde 2012.

É uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que assegura aos utentes refeições diárias (almoço e/ou jantar), destinadas preferencialmente, ao consumo externo e caso tenha condições, pode ainda fornecer refeições ao domicílio.

Os beneficiários são indivíduos com comprovada situação de carência económica e que não reúnam condições para confecionarem as refeições no domicílio.

É uma resposta social com apoio da segurança social, em que esta comparticipa o valor atual de 3.75€ por refeição.

No ano de 2024 foram apoiados os beneficiários e distribuídos cabazes, conforme se apresenta:

Nº de beneficiários	Nº de refeições diárias	Totais refeições servidas ano 2024
9	13	4680

De ressalvar que, das 13 refeições diárias servidas, apenas 9 por dia estão protocoladas com a segurança social, sendo que para as restantes os custos são suportados pela instituição.

2.4.2 POAMPC

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém é parceira com a Segurança Social no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Carenciadas (POAMPC).

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) enquanto instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal, assenta numa lógica de intervenção, mediante apoio alimentar, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento, que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.

O POAPMC pretende diminuir as situações de vulnerabilidade social que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes.

Durante o ano de 2024, a entidade mediadora da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém apoiou:

Nº de beneficiários Apoiados	Nº de agregados	Nº cabazes Distribuídos
85	31	368

Foi realizada a ação de acompanhamento: alimentação Saudável- Combate ao desperdício alimentar em 14.11.2024.

Este Programa Operacional foi alvo de prorrogação, tendo sido alargado até 31 de dezembro de 2027.

O governo pretendeu assegurar que o apoio alimentar às famílias mais carenciadas continuasse a ser feito, sobretudo num contexto de transição entre quadros comunitários, transitando-se para o novo Programa Operacional "Privação Material" sem ocorrer interregno na entrega de cabazes alimentares às famílias apoiadas.

Candidatura Programa Cartões Sociais

Foi aprovada a candidatura ao Programa Cartões Sociais, em que a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém assume o papel de coordenadora e mediadora.

Este programa prevê a atribuição de géneros alimentares, por via de um cartão eletrónico, que constitui uma prestação de assistência financeira a famílias carenciadas, promovendo a não estigmatização dos destinatários. Assim, os destinatários acedem a bens alimentares, de forma discreta, autónoma e com liberdade de escolha.

As entidades que compõem o consorcio são: Santa Casa da Misericórdia de Santiago do cacem, Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas Sado, Casa do Povo de Cercal do Alentejo, Casa do Povo de S. Domingos, Casa do Povo de Alvalade, Cáritas Paroquial de Manta Maria e Cáritas Paroquial de Sines.

Atualmente, o programa apoia 198 beneficiários no território de Santiago do Cacém/Sines, com um total de 47 cartões distribuídos.

2.4.3 Programa Abem – Rede Solidária do Medicamento

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém é entidade parceira em cooperação com a Fundação da Caixa Agrícola da Costa Azul e a Dignitude na implementação do Programa ABEM.

O programa iniciou em 2019, sendo que do concelho de Santiago do Cacém Santiago do Cacém já beneficiaram do programa 73 beneficiários

Os beneficiários são pessoas que se encontram perante uma situação comprovada de carência económica. A atribuição do cartão permite-lhes aceder a medicação em qualquer farmácia aderente, permitindo a aquisição gratuita de medicamentos sujeitos a receita médica e comparticipados pelo Sistema Nacional de Saúde.

Atualmente, o programa tem 18 beneficiários ativos.

2.4.4 Programa ENTRAJUDA- Galp Energia

Campanha GALP Energia Solidária

O Programa "Galp Energia Solidária" entrega gratuitamente gás a famílias e instituições. Este tem como objetivo reduzir os efeitos da pobreza energética e levar conforto às famílias portuguesas que mais precisam através da oferta de garrafas de gás Galp.

O programa operacionaliza-se através do envio por parte da GALP de VOUCHERS, que as famílias vêm levantar à intuição e com estes vão a um posto aderente GALP e recebem uma botija de gás em troca do voucher.

Em parceria com a Galp Energia, a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, durante o ano 2024 entregou 64 garrafas de gás a famílias carenciadas.

Os beneficiários são essencialmente utentes do Serviço de Apoio Domiciliário, utentes do cartão Abem, utentes da cantina social e utentes do Programa POAMPC.

Campanha "Todos os Passos contam"- Distribuição de Cabazes de Natal

No âmbito da Campanha da GALP "Todos os Passos contam" a GALP entregou 500 cabazes a várias instituições do concelho que os distribuiu pelas famílias carenciadas.

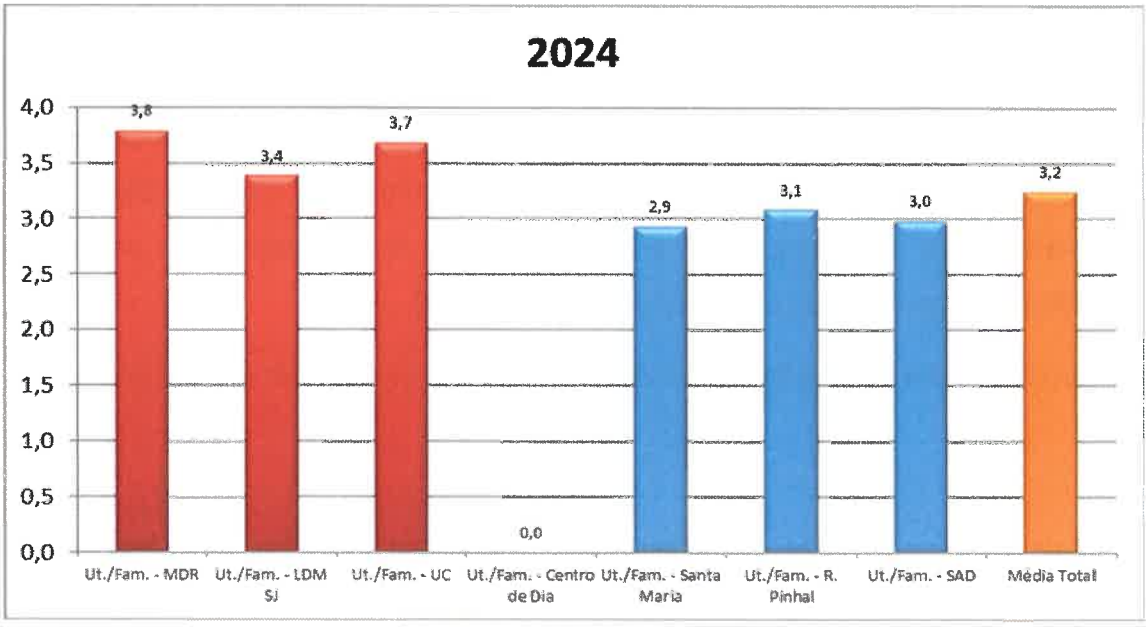
Os cabazes continham: bacalhau, chouriço, arroz, leite, azeite, óleo, açúcar, massa, bombons, bolachas e compota.

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, enquanto entidade parceira entregou aos beneficiários que integram as várias respostas sociais e programas 54 cabazes de natal.

2.4.5 Avaliação da Satisfação dos Serviços

Satisfação dos utentes e famílias

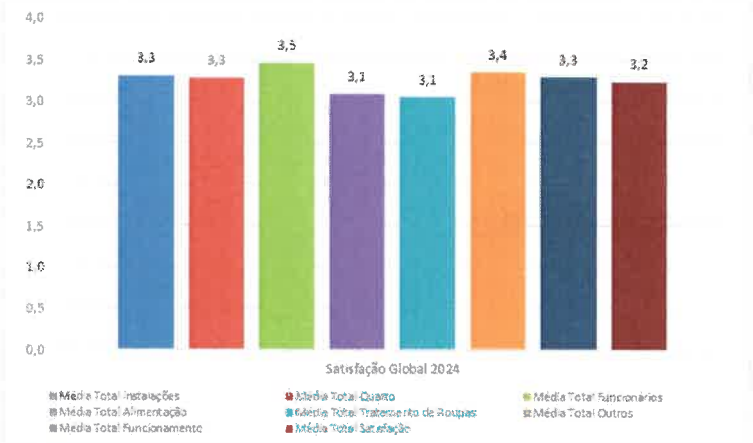
De forma a melhorar a os serviços prestados aos utentes, famílias e demais partes interessadas, a instituição procura avaliar a satisfação das pessoas servidas.



Conforme representação gráfica, e analisando os níveis de satisfação das UCCI, constatamos que os níveis de satisfação mais baixos ocorrem na ULDM S. João de Deus, com um índice de 3.4 (satisfeito) e os níveis de satisfação mais altos sucedem na Unidade de Convalescença Conde Bracial, com um índice de satisfação de 3.7 (satisfeito), estando a UMDR Conde Bracial, com um índice de 3.8 (satisfeito).

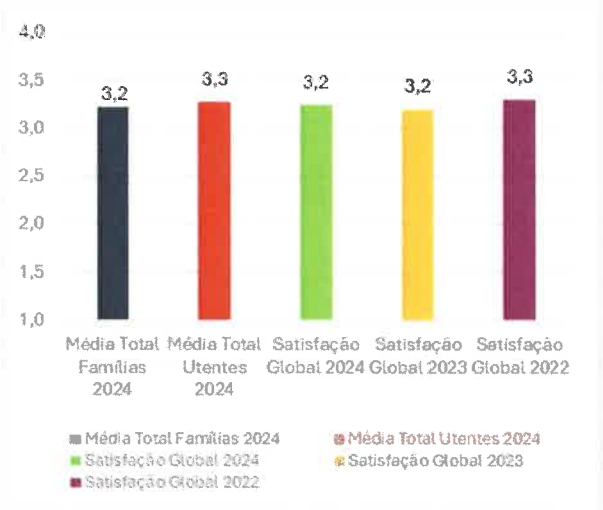
Nas Respostas Sociais para Idosos, os níveis de satisfação mais baixos observam-se na ERPI Santa Maria, com um índice de 2.9 (pouco satisfeito), enquanto a ERPI Residências do Pinhal expõe um índice de satisfação de 3.1 (satisfeito) e o Serviço de Apoio Domiciliário de 3.0 (satisfeito).

Os índices médios gerais de satisfação são de 3.2, e correspondem a satisfeito.



Procedendo à avaliação da satisfação dos serviços por item, inferimos que os itens alimentação e tratamento de roupas apresentam uma classificação mais baixa, com um índice de 3.1 (Satisfeito), o item instalações tem uma classificação de 3.3 (satisfeito), em contraste com o item simpatia dos profissionais mostra a classificação ligeiramente mais alta de 3.5 (satisfeito).

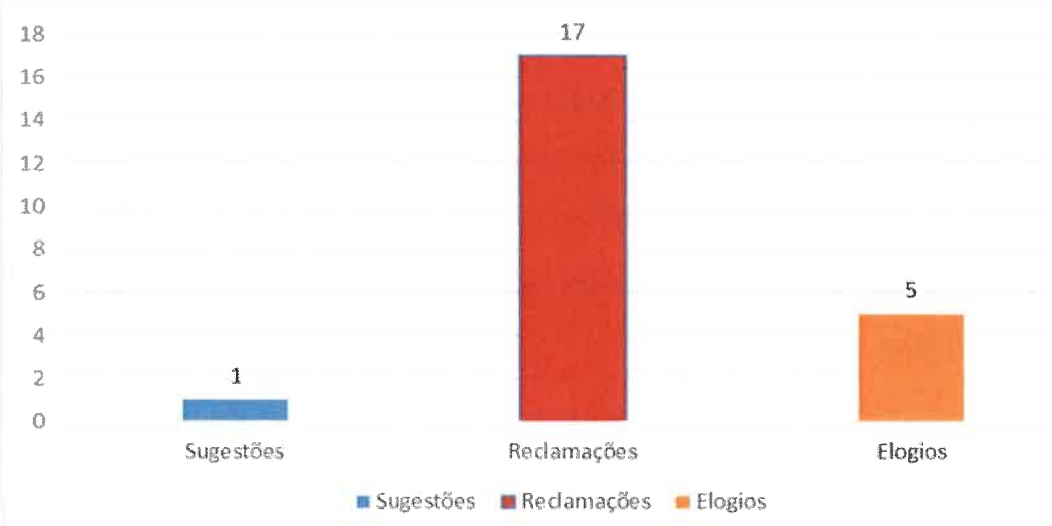
No geral, a média de satisfação dos serviços é de 3.2, que corresponde a satisfeito.



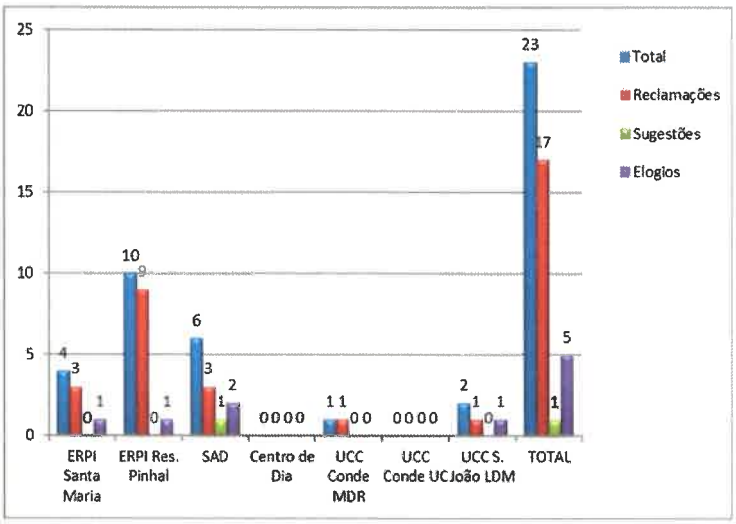
Analisando o gráfico e realizando uma análise cronológica e evolutiva, constatamos que a satisfação dos utentes e suas famílias em 2024 foi de 3,2 (satisfeito), estando em consonância com os resultados de 2023 e 2022.

Análise sugestões/reclamações e elogios

Para além dos níveis de satisfação, a instituição também procura avaliar melhoria contínua dos serviços fazendo o levantamento e tratamento das reclamações, sugestões e elogios.



No ano de 2024 a instituição recolheu das diversas respostas sociais/saúde 17 reclamações, 1 sugestão e 5 elogios.



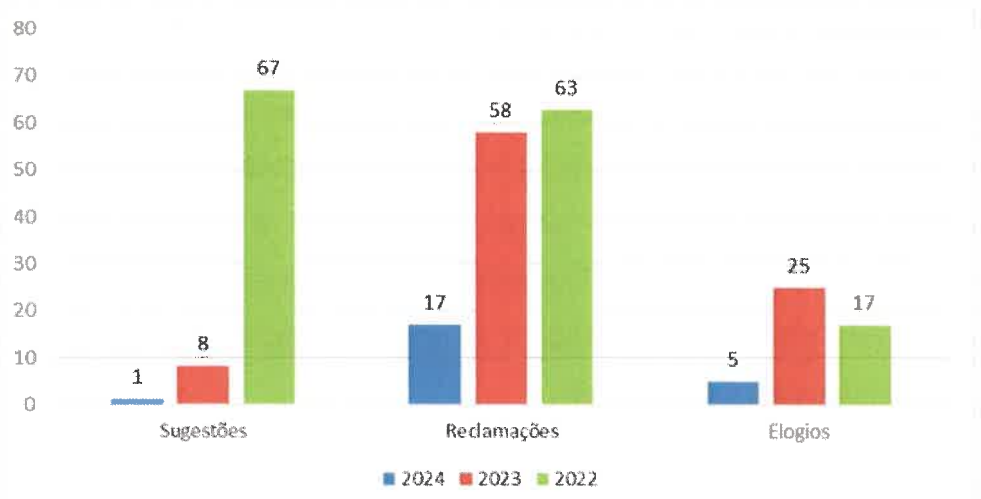
Fazendo a análise por resposta social, verifica-se que a ERPI Santa Maria recolheu 3 reclamações, a ERPI Residências do Pinhal 9 reclamações, o serviço de Apoio Domiciliário 3 Reclamações e a Resposta Centro de Dia 0 reclamações.

Nas unidades de cuidados continuados, a Unidade de Convalescença registou 0 reclamações, a Unidade de Média Duração e Reabilitação 1 reclamação e a Unidade de Longa Duração e Manutenção S. João de Deus 1 reclamação.

Em relação a sugestões recebemos apenas 1 sugestão do Serviço de Apoio Domiciliário.

Relativamente a elogios recebemos 1 elogio da ERPI santa Maria, 1 elogio da ERPI Residências do Pinhal, 2 elogios do Serviço de Apoio Domiciliário e 1 elogio da Unidade de Longa Duração e Manutenção S. João de Deus:

As respostas Centro de dia e Unidade de Convalescença Conde Bracial não registaram elogios.



Fazendo uma análise cronológica e evolutiva, constatamos que nos anos (2022 e 2023), em que esteve em vigor o sistema de certificação da qualidade, o registo efetivo das reclamações /sugestões/ elogios foi muito superior.

Este facto mostra uma evidente diminuição dos níveis de participação, quer por utentes e famílias, quer por parte dos colaboradores.

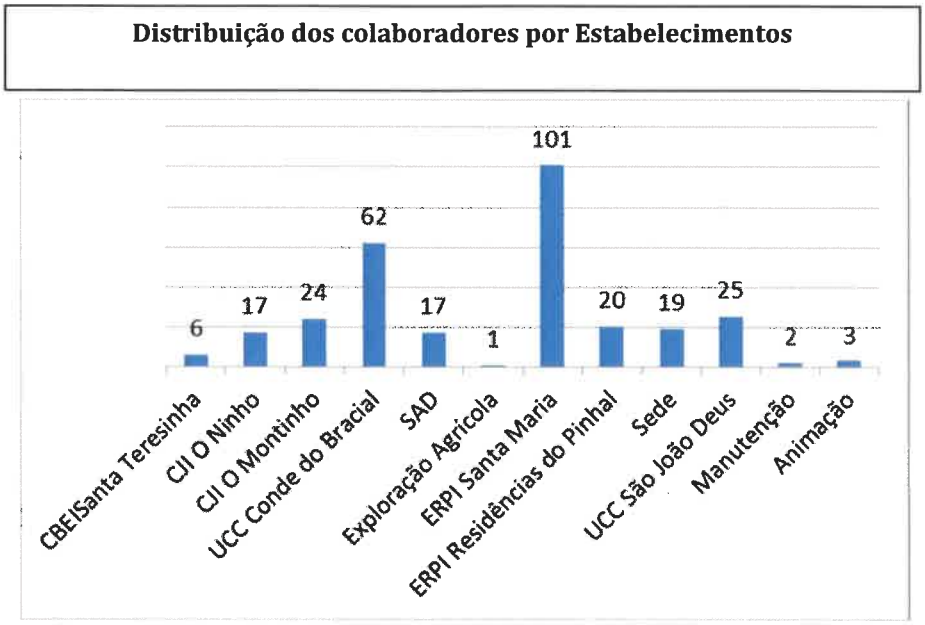
2.5 Recursos Humanos

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém enfrenta desafios significativos no recrutamento e seleção de recursos humanos, refletindo uma realidade comum a muitas instituições do sector social e da saúde. A crescente escassez de profissionais qualificados, aliada à concorrência de outras entidades e ao contexto demográfico do país, tem dificultado a atracão e retenção de talentos essenciais para o funcionamento da instituição.

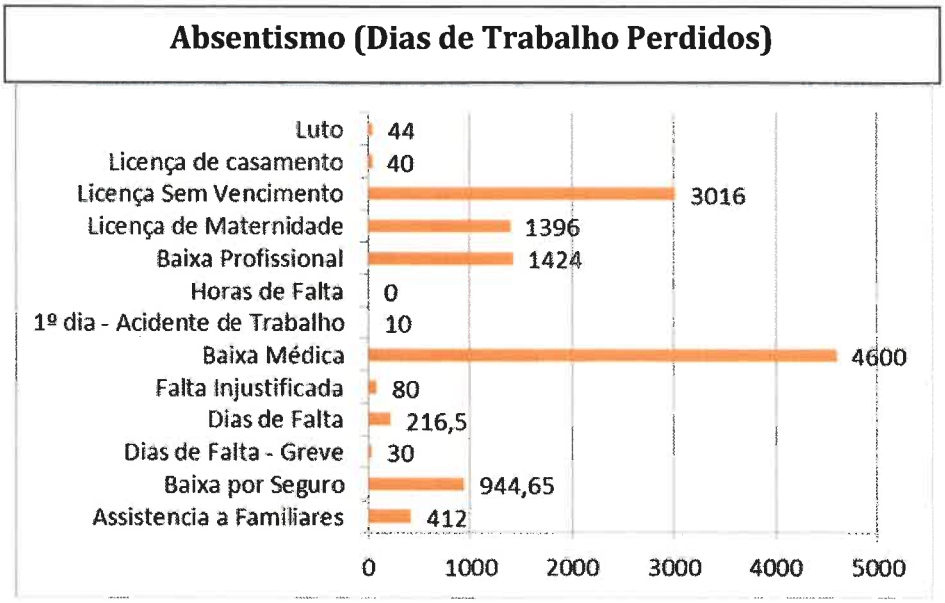
Além disso, a localização geográfica pode representar um entrave adicional, uma vez que a mobilidade dos profissionais qualificados para zonas menos urbanas é frequentemente reduzida. A exigência de horários flexíveis e a natureza exigente das funções desempenhadas são fatores que, por vezes, desmotivam os candidatos a integrarem o sector social.

Para enfrentar estas dificuldades, torna-se essencial apostar em estratégias inovadoras de recrutamento, como parcerias com instituições de ensino, programas de estágios e formação contínua, como tem vindo a acontecer há uns anos a esta parte, nomeadamente com o IP Beja, na área da enfermagem, Escola do Saber, na área da Educação, bem como o IEFP e outras entidades que se mostrem interessadas. Adicionalmente, a valorização dos colaboradores através de incentivos não monetários, como o acréscimo de dias de férias de acordo com a antiguidade, o gozo de meio dia no dia de aniversário, a disponibilização de descontos com a aquisição de serviços em Santiago do Cacém, em entidades que têm protocolos com a Instituição, como por exemplo Farmácias, Clínicas, Ginásio, etc., a disponibilização de médico para os colaboradores e um ambiente de trabalho positivo, têm sido estratégias adotadas pela Instituição no sentido de reverter a dificuldade de atracão e retenção de talentos.

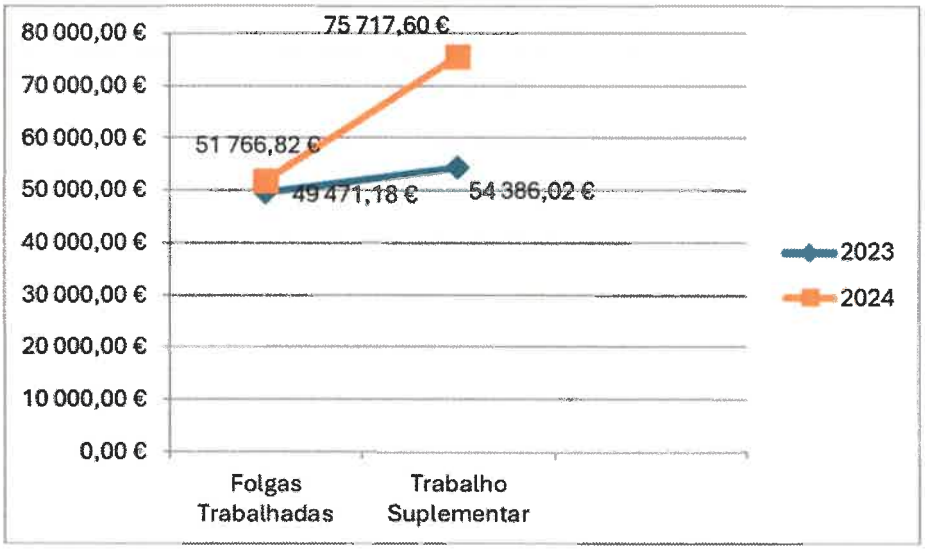
Assim, em 2024 a SCMSC, teve em média 319 trabalhadores vinculados.



Conforme referido anteriormente, verificou-se uma acentuada dificuldade de recrutamento e retenção de pessoal, aliado a um vincado nível de absentismo, conforme se pode observar no gráfico abaixo, nomeadamente alguns tipos de falta como a licença sem vencimento que aumentou significativamente, comparativamente com anos anteriores, bem como a Assistência a Familiares ou as Baixas por Seguro.



Os aspetos mencionados, em simultâneo com a grande percentagem de rotatividade de pessoal, levaram a um acréscimo de encargos, tal como no ano de 2023, nomeadamente, ao pagamento de trabalho suplementar (folgas trabalhadas e horas extra), de acordo com os dados constantes no gráfico abaixo.



Como forma de reconhecimento pelos colaboradores que são assíduos e apresentam um bom desempenho profissional, a Mesa Administrativa atribuiu um prémio com base nestes critérios, tendo despendido ao longo de ano de 2024 com esta rúbrica o valor de 3.500,00€, registando-se assim um aumento na ordem dos 1.280,00€, facto que também se deveu à atualização da tabela salarial ocorrida em 2024.

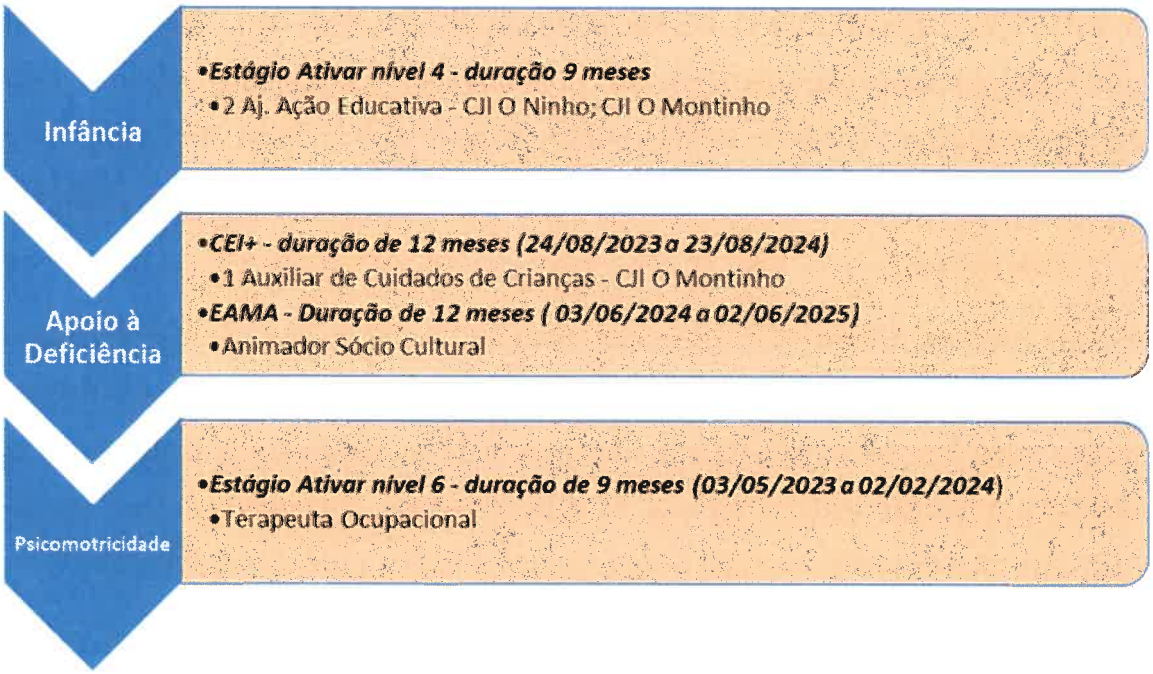
2.5.1 Formação Não Financiada

A instituição, à semelhança de outros anos, adquiriu o pacote de formação da F3M, que inclui formação para as áreas da contabilidade e fiscalidade, administrativa, recursos humanos, gestão e administração, área social e infância. No ano de 2024 as formações realizaram-se maioritariamente online e tiveram o custo de 576,00€.

No que concerne à formação, a situação existente em 2024, foi em tudo semelhante à de 2023, pois embora exista o incentivo do pagamento de horas de formação frequentada fora do horário de trabalho, o nível de aderência dos colaboradores da SCMSC à formação externa ou interna é muito baixo, expectando-se que apenas 30% dos colaboradores aceitam frequentar a formação que é disponibilizada.

Esta realidade traduz-se no aumento de Horas de Formação pagas e não frequentadas aquando dos fechos de contratos de trabalho, tendo apenas se registado um aumento de 321,76€ de 2023 para 2024.

2.5.2 Projetos com o IEFP



A presença de projetos de estágio CEI+ e EAMA (Cidadãos com Especiais Necessidades Intelectuais/Físicas) ou estágios profissionais Ativar na Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém é de extrema importância para a comunidade local e para o desenvolvimento social como um todo.

Além disso, a presença desses estágios na Santa Casa da Misericórdia demonstra um compromisso claro com os princípios de responsabilidade social e cidadania corporativa. Ao abrir as suas portas para estagiários CEI+ e EAMA a instituição não presta apenas um serviço valioso à comunidade, mas também inspira outras organizações a seguirem o seu exemplo e a promoverem a inclusão nos seus próprios ambientes de trabalho. Em 2024, o montante gasto com as Bolsas dos estagiários foi de 20 663,76€ sendo que 80% ou 70% no caso do EAMA deste valor é efetivamente comparticipado pelo IEFP.

Ainda no decorrer no ano de 2024, foi estabelecido o protocolo com a Pr1me Business Consulting, no sentido de desenvolver/oferecer formação certificada aos colaboradores da SCMSC através da medida Cheque Formação, promovida pelo IEFP, a qual transitou para 2025. A Medida Cheque Formação permite que os profissionais da instituição adquiram ou atualizem competências em diversas

áreas, tendo sido planeadas formações de "Curso de Demência - Desafios no Terceiro Sector"; "Curso de Primeiros Socorros" e "Curso de Medidas de Primeiros Socorros com Crianças e Jovens".

Esta medida possibilita um aumento da eficiência operacional, bem como uma melhoria significativa na qualidade dos serviços prestados aos utentes, contribuindo para a dignidade e bem-estar dos mais vulneráveis.

A implementação da medida Cheque Formação na Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém reflete, assim, uma estratégia inteligente de desenvolvimento organizacional, que alia a melhoria da prestação de serviços ao fortalecimento das competências dos seus profissionais. Esta iniciativa demonstra o compromisso da instituição com a inovação, a excelência e a responsabilidade social, garantindo um impacto positivo na comunidade que serve.

3 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Balanço em 31 de dezembro de 2024

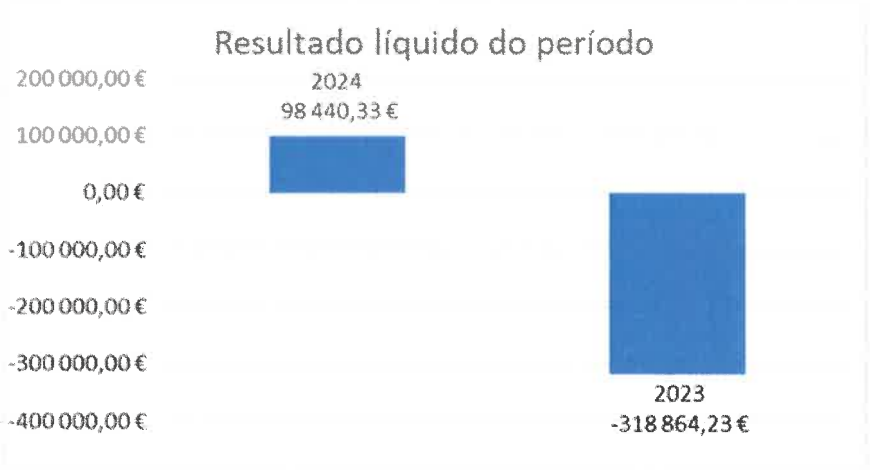
RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	9 014 690,02 €	7 023 090,39 €
Investimentos financeiros		49 596,83 €	49 596,83 €
		9 064 286,85 €	7 072 687,22 €
Ativo corrente:			
Inventário	9	50 551,25 €	53 911,71 €
Créditos a receber	15	730 289,73 €	730 520,62 €
Estado e outros entes públicos		26 362,20 €	17 884,95 €
Diferimentos		84 235,71 €	131 762,09 €
Outros activos correntes		102 277,38 €	102 277,38 €
Caixa e depósitos bancários		465 649,15 €	338 037,15 €
		1 459 365,42 €	1 374 393,90 €
TOTAL DO ATIVO		**10 523 652,27 €**	**8 447 081,12 €**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		195 082,58 €	195 082,58 €
Resultados transitados		3 480 372,52 €	3 799 236,75 €
Ajustamentos / Outras Variações nos fundos patrimoniais	5	3 751 136,43 €	2 715 130,20 €
		7 426 591,53 €	6 709 449,53 €
Resultado líquido do periodo		98 440,33 €	-318 864,23 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**7 525 031,86 €**	**6 390 585,30 €**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7/8	649 132,09 €	493 012,35 €
		649 132,09 €	493 012,35 €
Passivo corrente:			
Fornecedores		200 263,70 €	248 709,72 €
Estado e outros entes públicos		274 703,91 €	134 760,94 €
Financiamentos obtidos	7/8	821 979,03 €	167 906,04 €
Diferimentos		2 226,29 €	2 266,29 €
Outros passivos correntes	16	1 050 315,39 €	1 009 840,48 €
		2 349 488,32 €	1 563 483,47 €
TOTAL DO PASSIVO		**2 998 620,41 €**	**2 056 495,82 €**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		**10 523 652,27 €**	**8 447 081,12 €**

Os valores apresentados nos vários quadros encontram-se expressos em euros.

Demonstração de Resultados Por Naturezas em 31 dezembro 2024

Rendimentos e Gastos	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	5 814 148,68 €	5 165 723,67 €
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2 571 402,64 €	2 024 431,05 €
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-1 272 294,64 €	-1 202 805,80 €
Fornecimentos e serviços externos		-791 992,90 €	-644 313,90 €
Gastos com o pessoal	14	-6 102 932,86 €	-5 599 462,06 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-9 793,81 €	-6 989,66 €
Outos rendimentos e ganhos	5	291 983,12 €	312 883,51 €
Outros gastos e perdas		-36 367,97 €	-52 274,13 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		**464 152,26 €**	**-2 807,32 €**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-327 537,08 €	-293 082,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**136 615,18 €**	**-295 889,32 €**
Juros e rendimentos similares obtidos		1 686,08 €	
Juros e gastos similares suportados		-39 860,93 €	-22 974,91 €
Resultado antes de impostos		**98 440,33 €**	**-318 864,23 €**
Impostos sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**98 440,33 €**	**-318 864,23 €**

Os valores apresentados nos vários quadros encontram-se expressos em euros.



Foi realizado todo um trabalho para contrariar os resultados negativos, na Unidade do Conde Bracial ao longo de vários anos, os resultados negativos eram bastante elevados, para tentar alterar esta tendência, realizaram-se adaptações (ainda no decorrer do ano 2023), para que assim nos fosse possível fazer uma alteração em relação às tipologias existentes na Unidade. Durante alguns anos tivemos em funcionamento uma Unidade de Média Duração e outra de Longa Duração, com as alterações realizadas procedemos à abertura de uma Unidade de Convalescença (UC) onde funcionava a Unidade de Longa Duração, pois as UC tornam-se mais rentáveis do que as Unidade de Longa Duração.

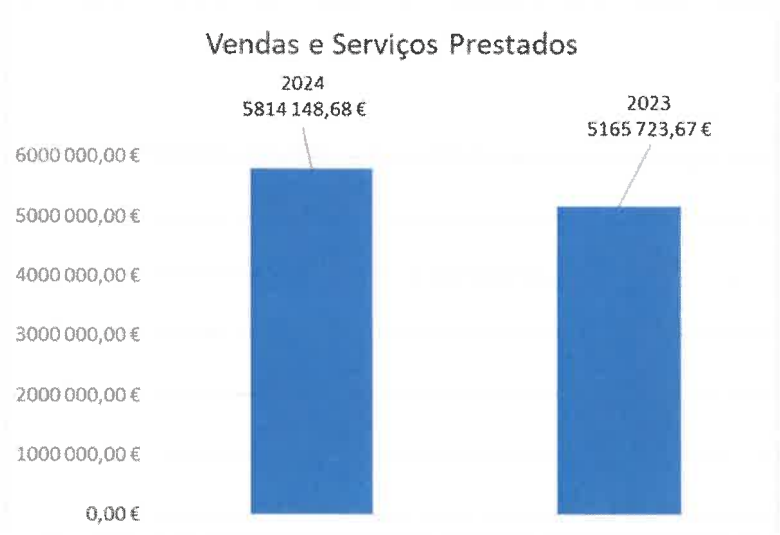
A 1 de Setembro de 2023 abre a UC, o ano de 2024 foi um ano de estabilização nesta valência, as 20 camas em funcionamento, permitiram-nos equilibrar os resultados da UCCI Conde Bracial, possibilitando também assim que exista um equilíbrio dos resultados da Instituição.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericordia de Santiago do Cacém, mantem o compromisso de realizar todos os esforços no sentido da melhoria dos resultados de todas as suas valências.

A Mesa Administrativa

Detalhe variação rendimentos 2024-2023

Vendas e Serviços Prestados



Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Vendas e Prestação de Serviços" tinha a seguinte composição:

Mensalidades	2024	2023	Variação Valor 2023/2024	VARIAÇÃO % 2023/2024
Prestações de serviços	**5 814 182,53 €**	**5 142 216,00 €**	**671 966,53 €**	**13,07%**
Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	**2 864 187,32 €**	**2 789 355,00 €**	**74 832,32 €**	**2,68%**
Infancia e Juventude	**285 795,37 €**	**358 880,00 €**	**-73 084,63 €**	**-20,36%**
Creches	57 119,28 €	169 791,00 €	-112 671,72 €	-66,36%
Educação Pré-Escolar	221 556,09 €	180 843,00 €	40 713,09 €	22,51%
Seguro Escolar	1 135,00 €	820,00 €	315,00 €	38,41%
Matriculas/Inscrições Creche	0,00 €	3 655,00 €	-3 655,00 €	-100,00%
Matriculas/Inscrições Ed. Pré-Escolar	5 985,00 €	3 770,00 €	2 215,00 €	58,75%
Invalidez e Reabilitacao	**319 392,90 €**	**334 721,00 €**	**-15 328,10 €**	**-4,58%**
UCCI Media Duração e Reabilitação	132 569,18 €	108 508,00 €	24 061,18 €	22,17%
UCCI Longa Duração e Manutenção	186 823,72 €	226 212,00 €	-39 388,28 €	-17,41%
Terceira Idade	**2 258 999,05 €**	**2 095 753,00 €**	**163 246,05 €**	**7,79%**
Lares	976 213,46 €	890 686,00 €	85 527,46 €	9,60%
Centros de Dia	20 226,81 €	838,00 €	19 388,81 €	2313,70%
Apoio Domiciliario	228 316,53 €	190 161,00 €	38 155,53 €	20,06%
Unidade de Saúde	114 490,00 €	123 819,00 €	-9 329,00 €	-7,53%
Residencias para Pessoas Idosas	531 570,35 €	504 263,00 €	27 307,35 €	5,42%
Comparticipação de Familiares	387 440,54 €	384 425,00 €	3 015,54 €	0,78%
24HConsigo	741,36 €	1 558,00 €	-816,64 €	-52,42%
Serviços secundários	**92 580,95 €**	**86 795,00 €**	**5 785,95 €**	**6,67%**
Fornecimento de Refeições	387,58 €	329,33 €	58,25 €	17,69%
Refeições - Cantina Social	75,00 €	480,00 €	-405,00 €	-84,38%
Serviços Secundários - Saúde e Bem Estar	92 118,37 €	85 986,00 €	6 132,37 €	7,13%
ISS, IP - Centro Distrital	**2 604 815,70 €**	**2 266 065,00 €**	**0,00 €**	
Creches	506 805,50 €	514 415,00 €	-7 609,50 €	-1,48%
Jardins de Infância	189 973,25 €	179 494,00 €	10 479,25 €	5,84%
Comp. Familiar (Gratuitidade)	231 298,47 €	101 228,00 €	130 070,47 €	128,49%
Lares	1 293 808,40 €	1 137 152,00 €	156 656,40 €	13,78%
Centro de dia	7 169,59 €	1 022,00 €	6 147,59 €	601,53%
Apoio Domiciliario	356 970,69 €	332 752,00 €	24 218,69 €	7%
Comp. Demência	18 789,80 €	0	18789,8	0

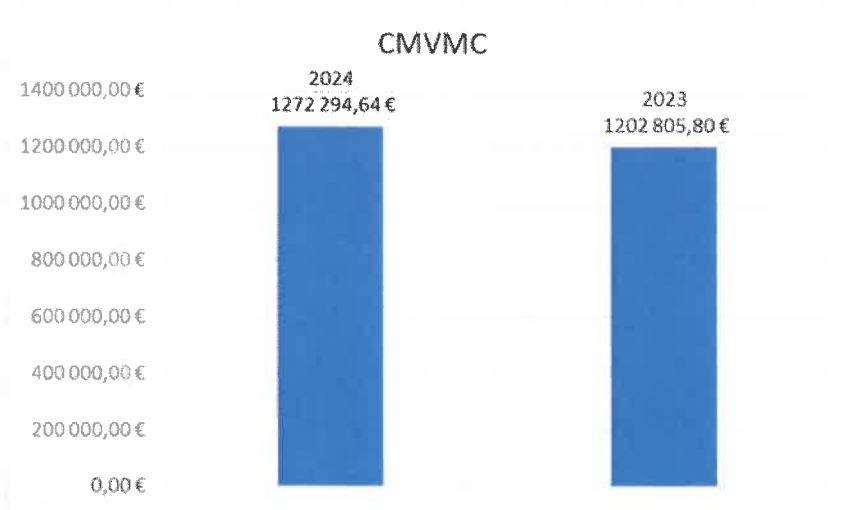
Subsídios

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Subsídios" tinha a seguinte composição:

Subsídios	2024	2023	Variação Valor 2023/2024	VARIAÇÃO % 2023/2024
ISS - Invalidez e Reabilitacao	**369 567,48 €**	**441 102,00 €**	**-71 535 €**	**-16,22%**
ULDM - Apoio Social	242 932,74 €	306 121,00 €	**-63 188 €**	-20,64%
UMDR - Apoio Social	113 166,00 €	118 186,00 €	**-5 020 €**	-4,25%
ULDM - Fraldas	13 468,74 €	16 794,00 €	**-3 325 €**	-19,80%
ARS - Invalidez e Reabilitação	**2 031 833,35 €**	**1 347 553,00 €**	**684 280 €**	50,78%
ULDM - Diárias de Internamento	266 711,94 €	331 682,00 €	**-64 970 €**	-19,59%
ULDM - Medicamentos, Pensos e Apósitos	107 497,02 €	144 209,00 €	**-36 712 €**	-25,46%
UMDR - Diárias de Internamento	697 701,48 €	627 610,00 €	**70 091 €**	11,17%
UMDR - Medicamentos, Pensos e Apósitos	126 117,24 €	120 021,00 €	**6 096 €**	5,08%
UC - Diária de Internamento	729 308,00 €	106 383,00 €	**622 925 €**	585,55%
UC - Medicamentos, Pensos e Apósitos	104 497,67 €	17 646,00 €	**86 852 €**	492,19%

Detalhe variação gastos 2024-2023

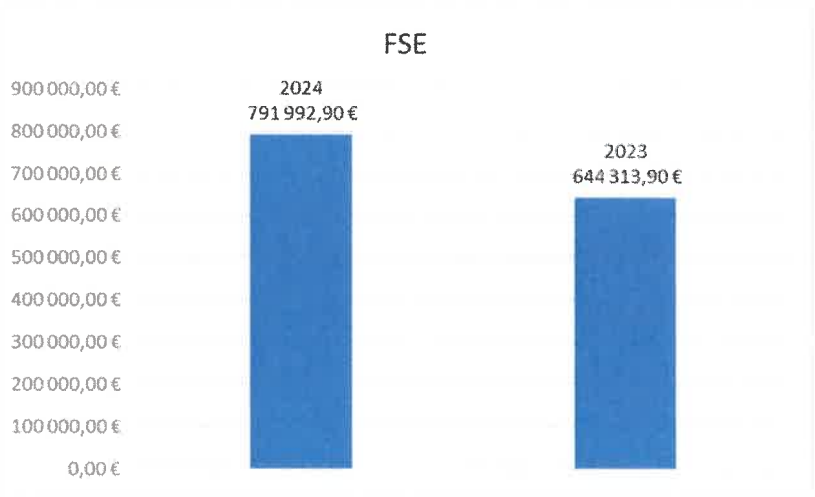
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas



Custo das Mercadorias Consumidas	2024	2023	Variação Valor 2023/2024	VARIAÇÃO % 2023/2024
Custo das mercadorias consumidas	**1 272 294,64 €**	**1 202 805,80 €**	**69 488,84 €**	**5,78%**
Generos Alimentares	645 925,98 €	593 984,05 €	51 941,93 €	8,74%
Produtos Limpeza	56 812,82 €	49 116,15 €	7 696,67 €	15,67%
Fraldas e Acamados	128 502,03 €	121 529,29 €	6 972,74 €	5,74%
Material Clinico	102 351,00 €	90 575,95 €	11 775,05 €	13,00%
Higiene	136 745,11 €	148 220,50 €	-11 475,39 €	-7,74%
Materiais de Limpeza	15 974,39 €	11 977,74 €	3 996,65 €	33,37%

Neste mapa estão espelhadas as contas de maior relevância do Custo das Mercadorias Consumidas para Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém no decorrer do ano 2024.

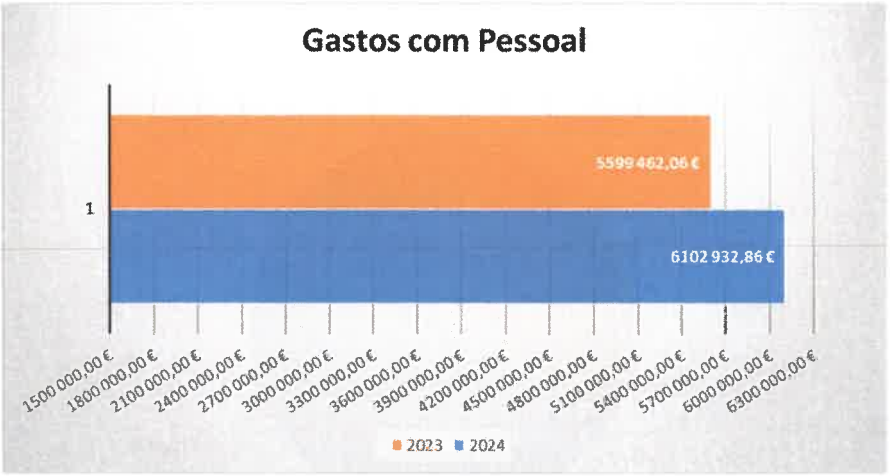
Fornecimentos e Serviços Externos



Fornecimentos e Serviços Externos	2024	2023	Variação Valor 2023/2024	VARIAÇÃO % 2023/2024
Fornecimentos e Serviços Externos	**791 992,90 €**	**644 313,90 €**	**147 679,00 €**	**22,92%**
Serviços especializados	362 536,18 €	304 046,04 €	58 490,14 €	19,24%
Materiais	47 434,33 €	41 432,84 €	6 001,49 €	14,48%
Energia e Fluídos	293 705,93 €	214 790,97 €	78 914,96 €	36,74%
Deslocações e estadas	311,29 €	793,25 €	-481,96 €	-60,76%
Serviços diversos	85 680,77 €	80 543,00 €	5 137,77 €	6,38%

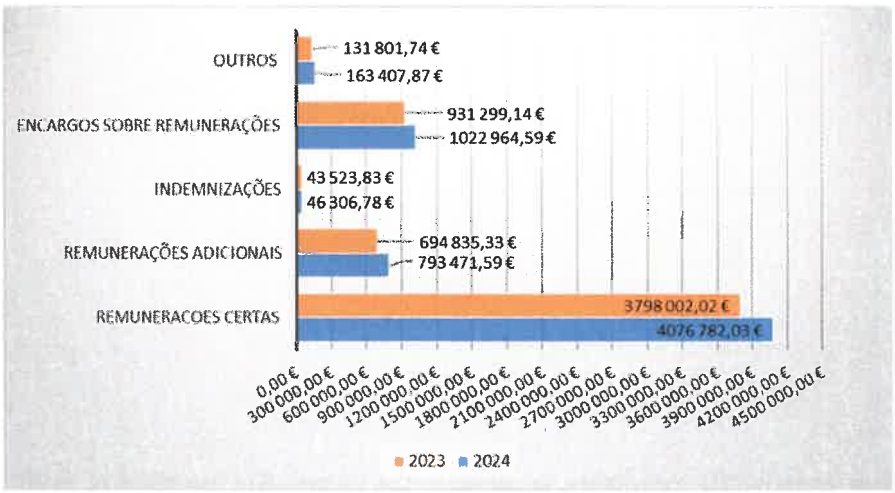
Neste mapa estão espelhadas as contas de maior relevância dos Fornecimentos e Serviços Externos para Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém no decorrer do ano 2024.

Custos com Pessoal

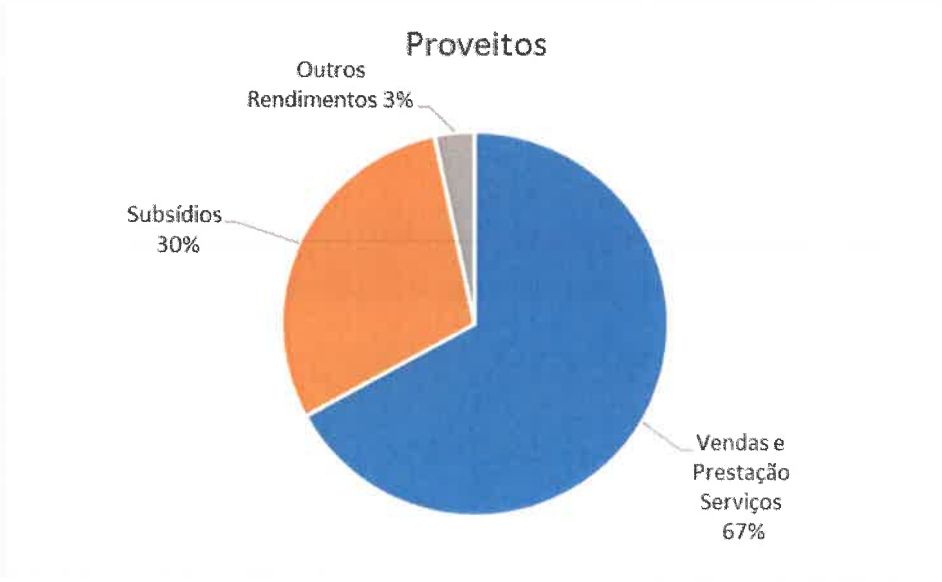


Gastos com Pessoal	2024	2023	Variação Valor 2023/2024	VARIAÇÃO % 2022/2023
Gastos com Pessoal	**6 102 932,86 €**	**5 599 462,06 €**	**503 470,80 €**	**8,99%**
Remuneracoes Certas	4 076 782,03 €	3 798 002,02 €	278 780,01 €	7,34%
Remunerações Adicionais	793 471,59 €	694 835,33 €	98 636,26 €	14,20%
Indemnizações	46 306,78 €	43 523,83 €	2 782,95 €	6,39%
Encargos sobre remunerações	1 022 964,59 €	931 299,14 €	91 665,45 €	9,84%
Outros	163 407,87 €	131 801,74 €	31 606,13 €	23,98%

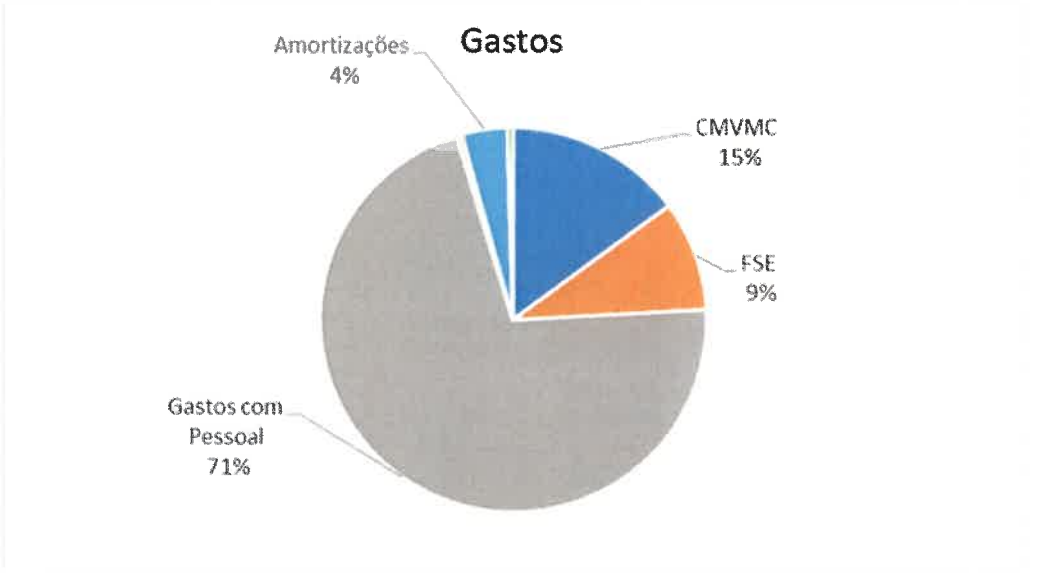
Na rubrica outros, estão enquadradas as despesas com subsídios de alimentação, horas extraordinárias, subsídios de coordenação, bolsas de estágio, isenção de horário de trabalho, feriados e trabalho em dia de folgas.



Análise de 2024



Na rubrica dos proveitos, podemos verificar que as vendas e prestações de serviços representam 67% dos rendimentos da instituição e os subsídios representam 30%.



No que aos gastos diz respeito, podemos verificar que os gastos com o pessoal representam 71%, o custo da mercadorias vendidas e matérias consumidas representam 15% e os fornecimentos e serviços externos 9%.

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais

31 dezembro 2023

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2023

(Em €)

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	195 082,58	0,00	0,00	3 601 921,36	0,00	2 523 045,23	197 315,39	6 517 364,56	0,00	6 517 364,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					197 315,39		192 084,97	-197 315,39	192 084,97	0,00	192 084,97
	2	0,00	0,00	0,00	197 315,39	0,00	192 084,97	-197 315,39	192 084,97	0,00	192 084,97
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-318 864,23	-318 864,23	0,00	-318 864,23
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-516 179,62	-126 779,26	0,00	-126 779,26
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Entradas											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NO FIM DO PERÍODO 2023	6=1+2+3+5	195 082,58	0,00	0,00	3 799 236,75	0,00	2 715 130,20	-318 864,23	6 390 585,30	0,00	6 390 585,30

31 dezembro 2024

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2024

(Euros)

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	195 082,58	0,00	0,00	3 799 236,72	0,00	2 715 130,20	-318 864,23	6 390 585,30	0,00	6 390 585,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7				-318 864,23		1 036 006,23	318 864,23	1 036 006,23	0,00	1 036 006,23
		0,00	0,00	0,00	-318 864,23	0,00	1 036 006,23	318 864,23	1 036 006,23	0,00	1 036 006,23
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							98 440,33	98 440,33	0,00	98 440,33
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							417 304,56	1 134 446,56	0,00	1 134 446,56
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações	10										
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NO FIM DO PERÍODO 2024	6+7+8+10	195 082,58	0,00	0,00	3 480 372,52	0,00	3 751 136,43	98 440,33	7 525 031,86	0,00	7 525 031,86

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RÚBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		5 911 699,16 €	3 670 262,27 €
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-3 979 404,87 €	-2 163 000,86 €
Pagamentos ao pessoal		-5 886 611,04 €	-5 415 000,14 €
Caixa gerada pelas operações		-3 954 316,75 €	-3 907 738,73 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		991 541,72 €	3 952 754,11 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-2 962 775,03 €	45 015,38 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis		2 319 136,71 €	134 351,72 €
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2 319 136,71 €	134 351,72 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		950 000,00 €	240 000,00 €
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamentos			
financiamentos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-138 888,75 €	-140 918,39 €
Juros e gastos similares		-39 860,93 €	-22 974,91 €
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
juros			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		771 250,32 €	76 106,70 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		127 612,00 €	255 473,80 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		338 037,15 €	82 563,35 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		465 649,15 €	338 037,15 €

A Mesa Administrativa

4 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 dezembro 2024

1. Identificação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém
Rua Ramos da Costa, n.º 36, 7540-205 Santiago do Cacém
NIPC: 501111867

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de Março que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) publicada no Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho. As referidas Demonstrações Financeira foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

2.2. Derrogação das disposições no ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras apresentadas são comparáveis com os do exercício anterior.
A demonstração de resultados de 2022 foi reescrita já com este critério para se manter a comparabilidade, conforme ponto 3.1 b, em baixo.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, de acordo com o princípio do custo histórico, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade de acordo com a NCRF-ESNL.
Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.
As taxas de amortização utilizadas correspondem às aceites fiscalmente quando estas sejam consideradas de acordo com a esperança de vida útil dos bens.

b) Outras Políticas Contabilísticas

No exercício mantiveram-se os critérios contabilísticos prosseguidos em períodos anteriores.
A contabilização do rédito das comparticipações mensais do Estado, nos Acordos de Cooperação, é considerada prestação de serviços (em vez de subsídio) sempre que determinada resposta social estiver dependente da variação na frequência dos utentes, seguindo um parecer da CNC de 31 de outubro de 2023.

c) Principais Pressupostos relativos ao Futuro

Existe a expetativa de no futuro a Entidade prosseguir a continuidade das operações.

d) Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A principal fonte de incerteza das estimativas, reside na evolução do ambiente económico em que a Entidade se insere.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira, são mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) é desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Imparidades

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, são avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Outros ativos financeiros são avaliados quanto a imparidade, seja individualmente, seja agrupado com base em similares características de risco de crédito.

O montante de perda por imparidade deverá ser mensurado pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Quando num período subsequente, a quantia de perda por imparidade diminuir é revertida a imparidade anteriormente reconhecida. Da reversão não poderá resultar uma quantia escriturada do ativo financeiro que exceda aquilo que que seria o custo do referido ativo, caso a perda por imparidade não tivesse sido anteriormente reconhecida. A quantia da reversão é reconhecida na demonstração de resultados.

f) Provisões

As provisões só são reconhecidas quando cumulativamente:

a) Exista uma obrigação presente, leal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado;
b) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem contributo para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, será necessário para liquidar a obrigação;
c) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Um passivo é qualificado para reconhecimento quando existir não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade para liquidar essa obrigação. Um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é considerado como provável se o acontecimento for mais provável do que não ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o acontecimento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer. Quando não for provável que exista uma obrigação presente, é divulgado um passivo contingente, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade seja remota.

Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos. Um passivo contingente é divulgado, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos. Um ativo contingente é divulgado quando for provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade sem, contudo, dar indicação enganosa da probabilidade de surgirem rendimentos. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.

Mensuração

A quantia reconhecida como uma provisão será a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, a quantia de uma provisão será o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Os acontecimentos futuros que possam afetar a quantia necessária para liquidar uma obrigação serão refletidos na quantia de uma provisão quando houver evidência objetiva suficiente de que eles ocorrerão.

Na demonstração dos resultados, o gasto relacionado com uma provisão será apresentado líquido da quantia reconhecida do reembolso que lhe esteja associado.

As provisões são revistas à data de cada balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades

presentes e futuras da entidade para liquidar a obrigação, a provisão será revertida.

g) Rédito

O rédito será mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

Vendas

O rédito proveniente da venda de bens será reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:
Tenha sido transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras de entidade e associados com a transação fluam para a entidade;
Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de Serviços

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a transação será reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

A contabilização do rédito das comparticipações mensais do Estado, nos acordos de cooperação, passou a ser considerada prestação de serviços (em vez de

subsídio) sempre que determinada resposta social estiver dependente da variação da frequência dos utentes, seguindo um parecer da CNC de 31 de outubro de 2023.

Juros

O rédito proveniente de juros será reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:
Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados com a transação fluam para a entidade;
A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.
O rédito dos juros será reconhecido utilizando o regime do acréscimo;

h) Subsídio e apoios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.
A maneira pela qual um subsídio é recebido não afeta o método contabilístico a ser adotado com respeito ao subsídio. Por conseguinte, um subsídio é contabilizado da mesma maneira quer ele seja recebido em dinheiro quer como redução de um passivo.
Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.
Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio não reembolsável pode tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Entidade. Nestas circunstâncias será avaliado o justo valor do ativo não monetário e contabilizado quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão de registar por uma quantia nominal.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial, e imputados como rendimentos na proporção das depreciações/amortizações efetuadas em cada período.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Nos apoios (apoios que não tem valor atribuído, os conselhos técnicos e comercialização gratuitos, a concessão de garantias, os empréstimos sem juros ou a baixas taxas de juro ou a disponibilização, sem gastos associados para o beneficiário, de instalações, equipamentos ou outros) quando relevante será feita a divulgação da natureza, extensão e duração do apoio por forma a que as demonstrações financeiras não sejam enganosas.

i) Benefícios dos empregados

É reconhecido:

a) Um passivo quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios a pagar no futuro;

b) Um gasto quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca desses benefícios

Os benefícios de cessação de emprego não proporcionam a uma entidade, futuros contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade e são reconhecidos como um gasto imediatamente.

j) Acontecimentos após a data do balanço

São considerados acontecimentos após a data do balanço aqueles acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras forem autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão.

4. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

As alterações de estimativas não são materialmente relevantes no período nem em períodos futuros.

5. Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento			Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
			Básico	Transporte	Administrativo				
Quantia bruta escriturada inicial	**830 699,19**	**10 310 990,44**	**2 200 003,59**	**412 868,33**	**246 707,33**	**327 491,49**	**227 244,23**		**14 556 004,60**
Depreciações acumuladas iniciais		4 616 493,52	1 981 670,78	375 217,89	233 114,03	326 417,99			7 532 914,21
Quantia líquida escriturada inicial	**830 699,19**	**5 694 496,92**	**218 332,81**	**37 650,44**	**13 593,30**	**1 073,50**	**227 244,23**	**0,00**	**7 023 090,39**
Adições									**0,00**
Adições em 1ª mão	0,00	0,00	73 364,70	39 975,00	1 328,03	68,98	2 204 400,00		**2 319 136,71**
Outras									**0,00**
Total de adições	**0,00**	**0,00**	**73 364,70**	**39 975,00**	**1 328,03**	**68,98**	**2 204 400,00**	**0,00**	**2 319 136,71**
Diminuições									**0,00**
Depreciações		219 027,04	72 445,36	24 925,43	9 996,77	1 142,48			**327 537,08**
Perdas por imparidade									**0,00**
Alienações									**0,00**
Abates									**0,00**
Total das diminuições	**0,00**	**219 027,04**	**72 445,36**	**24 925,43**	**9 996,77**	**1 142,48**	**0,00**	**0,00**	**327 537,08**
Transferências									**0,00**
Quantia líquida escriturada final	**830 699,19**	**5 475 469,88**	**219 252,15**	**52 700,01**	**4 924,56**	**0,00**	**2 431 644,23**	**0,00**	**9 014 690,02**
ATF dados como garantia de passivos ou de titularidade restringida									**0,00**

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Entidade espera incorrer. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de

amortização utilizadas correspondem às aceites fiscalmente quando estas sejam consideradas de acordo com a esperança de vida útil dos bens.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

As obras de ampliação do São João de Deus terminaram durante este exercício.

O principal investimento em curso durante o exercício refere-se aos seguintes investimentos:

Residências Pinhal II Santo André: 2.189.328,18€

Loteamento Municipal do Montinho: 27.121,50€

6. Empréstimos Obtidos

No corrente exercício não se incorreu em custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações e que tenham sido capitalizados.

Mapa de empréstimos em curso			
Banco	Valor em dívida em 31/12/2024	valor a liquidar até um ano	valor a liquidar a mais que um ano
Crédito Totta	133 333,44	66 666,60	66 666,84
Crédito CCAM - Caucionada	660 000,00	660 000,00	0,00
Crédito CCAM	127 777,68	66 666,60	61 111,08
CCAM 56079852320	300 000,00	0,00	300 000,00
Montepio 043-36.100671-1	250 000,00	28 645,83	221 354,17
	1 471 111,12	**821 979,03**	**649 132,09**

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

(Euros)

Descrição	Mercadorias	Total
Inventários Iniciais	**53 911,71**	**53 911,71**
Compras	1 268 934,18	**1 268 934,18**
Reclassificações	0,00	**0,00**
Inventários Finais	50 551,25	**50 551,25**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**1 272 294,64**	**1 272 294,64**

7.1. Divulgação sobre Inventários:

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

8. Rédito

Réditos reconhecidos durante o período	Valor	%
Vendas de bens	252 598,56	3%
Subsídios, doações e legados à exploração	2 571 402,64	31%
Prestações de serviços	5 561 550,12	66%
Juros	1 686,08	0%
Royalties		
Dividendos		
Total	8 387 237,40	100%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não existem no final do exercício quaisquer ativos ou passivos contingentes.

10. Subsídios e apoios do Governo

	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 571 402,64	2 024 431,05
Subsídios de outras entidades		
Total	**2 571 402,64**	**2 024 431,05**

11. Impostos sobre o rendimento

A Santa Casa da Misericórdia de santiago do Cacém encontra-se isenta de IRC nos termos do nº 1 do art.º 10 do CIRC.

Adicionalmente, por despacho de 6/03/1991 também se encontra isenta de IRC para os rendimentos das categorias C, E, F e G.

12. Benefícios dos empregados

Descrição	2024	2023
Remuneração dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	4 870 253,62	4 492 837,35
Indemnizações	46 306,78	43 523,83
Encargos sobre as remunerações	1 022 964,59	931 299,14
Seguro de acidentes de trabalho	145 630,84	112 009,68
Outros Gastos	17 777,03	19 792,06
Total	**6 102 932,86**	**5 599 462,06**

13. Créditos a receber

Descrição	2024	2023
Clientes e utentes	462 965,77 €	423 708,20 €
Fornecedores	1 567,50 €	6 043,28 €
Outros devedores	405 387,98 €	562 420,43 €
Subtotal	**869 921,25 €**	**992 171,91 €**
Perdas por imparidade	-139 631,52 €	-261 651,29 €
Total	**730 289,73 €**	**730 520,62 €**

14. Outras contas a pagar

	2024	2023
Credores por acréscimo de gastos	775 953,36	729 050,31
Outros credores	274 362,03	280 790,17
Total	**1 050 315,39**	**1 009 840,48**

15. Acontecimentos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Após o encerramento do período, e até à data de elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificação a situação relevada nas contas.

16. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem dívidas em mora com a Segurança Social e as Finanças.

A Mesa Administrativa

5 – FATORES CONDICIONANTES DOS RESULTADOS E DA ESTRUTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA A 31/12/2024

As demonstrações financeiras indicam um acréscimo de 8% no total das prestações de serviços e de 27% nos Subsídios.

A Mesa Administrativa prosseguiu a sua política de melhoria contínua da qualidade de vida dos utentes institucionalizados.

O combate à degradação do património da Santa Casa foi uma das preocupações da Mesa Administrativa que promoveu alguns trabalhos de conservação e manutenção de equipamentos e edifícios.

Os Fundos Patrimoniais atingiram, no final do ano 2024, 7.525.031€.

O financiamento bancário aumentou cerca de 800.000€ face ao período anterior fruto da necessidade de financiar as obras em curso. A situação de dependência de capitais externos, com especial incidência na banca, resulta de uma política de expansão da atividade e da abertura de novas respostas sociais que veio a ser seguida ao longo dos últimos anos.

O ativo não corrente atingiu o valor de 9.064.286€.

A estrutura de gastos da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém continua a ser fortemente condicionada com os "Gastos com o Pessoal" que representam 71% do total dos gastos.

Do lado dos rendimentos, a predominância vai para as prestações de serviço que totalizam 66% do total de rendimento.

O resultado líquido do exercício é de 98.440,33€ o que representa uma melhoria em relação ao exercício anterior, que tinha sido negativo -318.864,23€. A melhoria do resultado é explicada com o aumento dos subsídios, já mencionado, bem como dos rendimentos agrícolas.

A atividade da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém continua estruturalmente deficitária e depende destas receitas extraordinárias para a sua sustentabilidade.

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária.

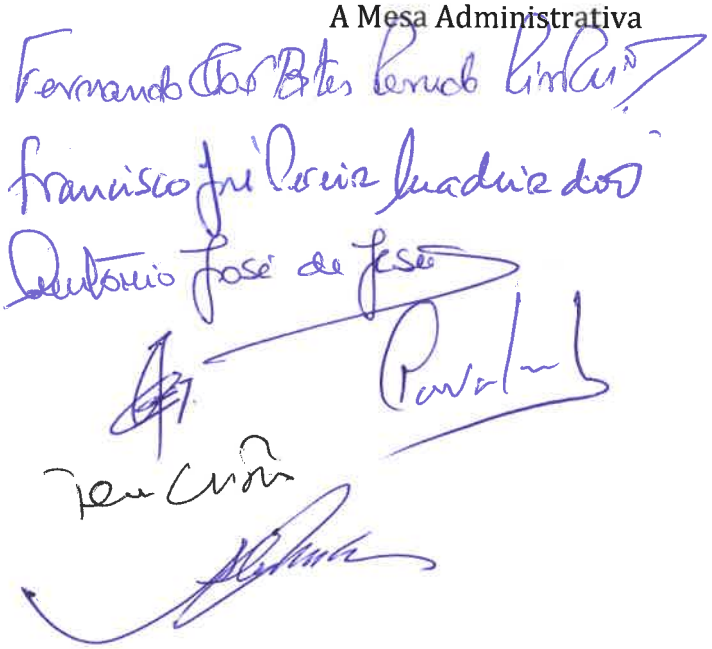
A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém vai continuar a dispensar grande atenção à evolução do nível de mensalidades e desenvolver todos os esforços possíveis para a negociação de ajustamentos nas comparticipações da Segurança Social, bem como na fixação de novos valores praticados na Rede Nacional de Cuidados Continuados.

À data da emissão deste relatório não são conhecidos eventos suscetíveis de divulgação.

Proposta de aplicação de Resultados

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém propõe que o resultado líquido positivo do período de 2024, no montante de 98.440,33€ seja inscrito na rubrica "Resultados Transitados".

A Mesa Administrativa



6 – RESULTADOS POR VALÊNCIA/CENTRO DE CUSTO

Administração

		Administração						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**125 916 €**	**130 099 €**	**-4 183 €**	**-3%**	**124 505 €**	**-989 €**	**-1%**
71	Vendas	9 372 €	10 737 €	-1 365 €	-15%	9 773 €	-401 €	-4%
72	Prestação de Serviços	741 €	1 526 €	-785 €	-106%	0 €	741 €	
73	Variações nos Inventários			0 €		0 €		
74	Trabalhos Própria Entidade			0 €		0 €		
75	Subsídios	27 561 €	20 551 €	7 010 €	25%	0 €	27 561 €	
76	Reversões	2 400 €	2 400 €	0 €		0 €		
77	Ganhos por Aumento Justo Valor			0 €		0 €		
78	Outros Rendimentos e Ganhos	85 842 €	94 885 €	-9 043 €	-11%	114 732 €	-28 890 €	-25%
79	Juros, Dividendos e Out. Rendimentos			0 €				

Na análise das rubricas de proveitos de 2024 comparativamente a 2023 registaram um decréscimo de 4.183 euros.

Resumo conta 71, 72, 75 e 78					
		2024	2023	2022	2021
71	**Vendas**	**9 371,82 €**	**10 737,25 €**	**8 781,50 €**	**10 647,55 €**
	Fraldas, Alimentação técnica, etc	9 371,82 €	10 737,25 €	8 781,50 €	10 647,55 €
	Produtos Agrícolas	0,00 €	0,00 €	350,00 €	0,00 €
72	**Prestação de Serviços**	**741,36 €**	**1 526,35 €**	**1 163,00 €**	**1 920,77 €**
	24H consigo	741,36 €	1 526,35 €	1 163,00 €	1 920,77 €
75	**Subsídios, doações e legados à exploração**	**27 561,08 €**	**20 550,96 €**	**35 605,86 €**	**37 574,26 €**
	IEFP	0,00 €	168,00 €	2 873,09 €	0,00 €
	ISS,IP	13 628,25 €	9 715,50 €	7 035,88 €	0,00 €
	Imp. Subsidios (POAPMC, Donativos, Outros)	13 932,83 €	10 667,46 €	24 643,89 €	10 460,00 €
	RLIS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Medidas excecional emprego - covid	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 209,26 €
	Cheque Formação	0,00 €	0,00 €	1 053,00 €	7 020,00 €
	Fundação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 885,00 €
78	**Outros Rendimentos**	**84 156,10 €**	**83 386,37 €**	**175 272,49 €**	**170 530,55 €**
	SADU, Clínica, etc	56 198,21 €	59 474,82 €	60 832,73 €	53 988,69 €
	Alienação	0,00 €	0,00 €	85 000,00 €	40 000,00 €
	Donativos	1 520,80 €	6 561,65 €	0,00 €	39 365,89 €
	Maquinas Café	283,86 €	1 226,90 €	10 443,81 €	11 679,67 €
	Refeições	0,00 €	1 367,50 €	2 208,50 €	4 039,00 €
	Reembolso desp. Funeral	3 900,00 €	4 550,00 €	8 638,03 €	4 318,40 €
	Consignação Fiscal	2 624,82 €	3 431,97 €	2 666,62 €	1 781,44 €
	Imp. Subsidios (POAPMC, Outros)	51,92 €	1 942,07 €	1 149,33 €	9 535,46 €
	Outros	19 576,49 €	4 831,46 €	4 333,47 €	5 822,00 €

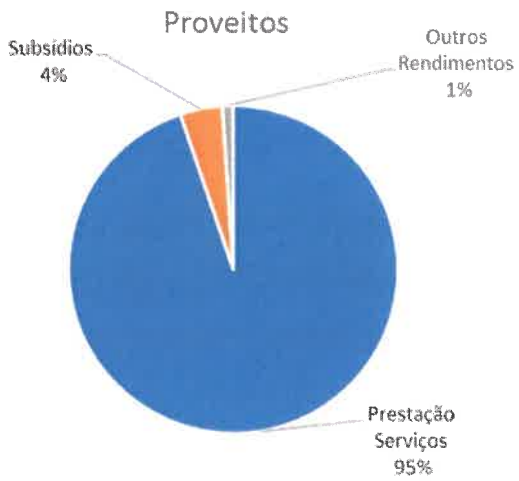
Creche e Jardim de Infância O Montinho

		Montinho						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**676 201 €**	**657 091 €**	**19 110 €**	**3%**	**658 246 €**	**17 955 €**	**3%**
72	Prestação de Serviços	640 871 €	616 513 €	24 358 €	4%	616 896 €	23 975 €	4%
75	Subsídios	28 070 €	24 458 €	3 612 €	13%	21 552 €	6 518 €	30%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	7 260 €	16 120 €	-8 860 €	-122%	19 798 €	-12 538 €	-63%
	Total de Gastos	**764 004 €**	**670 118 €**	**93 886 €**	**12%**	**700 972 €**	**63 032 €**	**9%**
61	CMVMC	74 002 €	76 783 €	-2 781 €	-4%	73 787 €	215 €	0%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	39 441 €	25 992 €	13 448 €	34%	26 230 €	13 211 €	50%
63	Gastos com Pessoal	615 775 €	535 366 €	80 408 €	13%	574 774 €	41 001 €	7%
64	Gastos Depreciação e Amortização	22 328 €	21 740 €	588 €	3%	21 916 €	412 €	2%
67	Provisões do Período	4 800 €	4 800 €	0 €			4 800 €	
68	Outros Gastos e Perdas	3 674 €	3 599 €	75 €	2%	1 815 €	1 859 €	102%
69	Gastos e Perdas Financiamento	3 985 €	1 838 €	2 147 €		2 450 €	1 535 €	63%
	Resultados	**-87 803 €**	**-13 027 €**			**-42 726 €**		

Em 2024 o número médio de utentes na valência de Creche foi de 68.
No decorrer do ano, foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, tendo este resultado num baixo endividamento por parte dos nossos utentes, nesta valência foi faturado o valor de 31.934,73€, sendo o valor em dívida de 33.85€ (0.11%). A partir de setembro de 2024, todas as crianças na valência de creche são gratuitas, sendo que o valor pago pele Segurança Social é de 473,80€/utente.

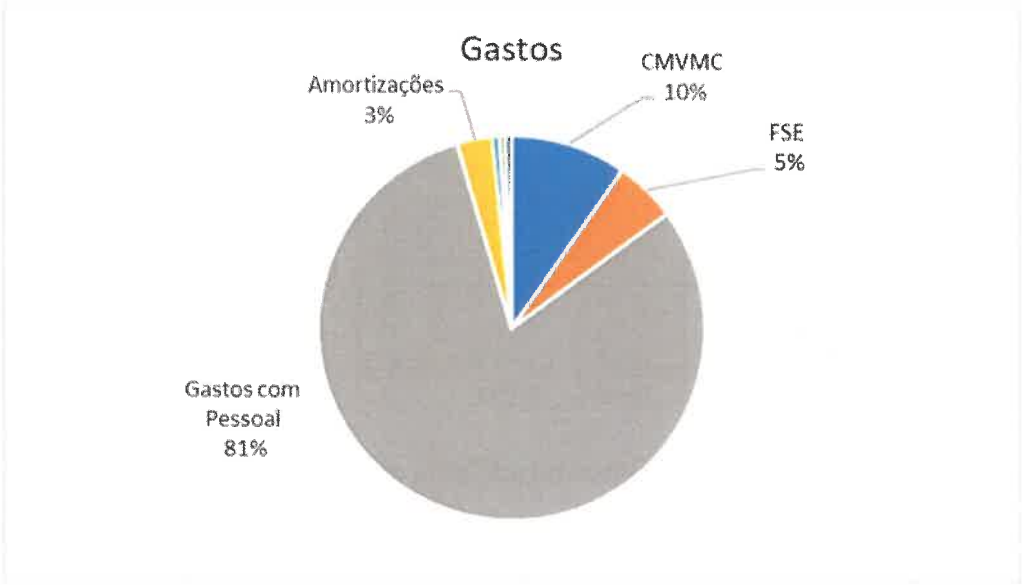
Na valência de Educação Pré-escolar o número médio de utente em 2024 foi de 45 utentes.
Também nesta valência, foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, tendo este resultado num baixo endividamento por parte dos nossos utentes, nesta valência foi faturado o valor de 120.879,92€, sendo o valor em dívida de 236,32€ (0.20%).

No decorrer de 2024 o custo médio por utente na valência de Creche é de 616 euros e na valência de Pré-escolar é de 481 euros.



Em 2024 comparativamente a 2023 os proveitos registaram um aumento de 19.110 euros (+3%). Em relação aos valores orçamentados os proveitos apresentam um desvio positivo de 17.955 euros (+3%).

As prestações de serviços em 2024 apresentaram uma variação positiva de 24.358 euros (+4%) face ao ano de 2023.



Nos gastos, as rubricas de maior relevo são as apresentadas no gráfico acima, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 764.004 euros, mais 93.886 euros (+12%) face ao ano de 2023.

Os CMVMC, a segunda maior rubrica com um peso de 10% no total dos gastos, apresenta um valor 74.002 euros, com uma redução em relação a 2023 de 2.781 euros (-4%).

Os FSE, apresentaram um valor de 39.441 euros, tendo-se verificado um aumento de 13.448 euros (+34%) em relação a 2023, e um desvio de 13.211 euros (+ 50%) face ao valor orçamentado.

Os gastos com o pessoal, a primeira maior rubrica com um peso de 81% no total dos gastos, apresentaram um valor de 615.775 euros, com um aumento em relação a 2023 de 80.408 euros (+13%). Estes aumentos devem-se ao aumento do ordenado mínimo nacional e também ao facto das tabelas salariais de UMP terem sido atualizadas em Outubro de 2024 com efeitos retroativos a Janeiro 2024.

Creche e Jardim de Infância O Ninho

		Ninho						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**442 245 €**	**413 167 €**	**29 078 €**	**7%**	**405 429 €**	**36 816 €**	**9%**
72	Prestação de Serviços	416 881 €	382 908 €	33 973 €	8%	384 672 €	32 209 €	8%
75	Subsídios	24 912 €	23 782 €	1 130 €	5%	12 288 €	12 624 €	103%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	452 €	6 477 €	-6 025 €	-1333%	8 469 €	-8 017 €	
	Total de Gastos	**452 888 €**	**411 374 €**	**41 514 €**	**9%**	**427 165 €**	**25 723 €**	**6%**
61	CMVMC	51 877 €	49 889 €	1 988 €	4%	50 120 €	1 757 €	4%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	24 317 €	18 991 €	5 326 €	22%	20 518 €	3 799 €	19%
63	Gastos com Pessoal	368 223 €	334 166 €	34 057 €	9%	353 090 €	15 133 €	4%
64	Gastos Depreciação e Amortização	1 562 €	1 429 €	133 €	9%	1 111 €	451 €	41%
67	Provisões do Período	2 557 €	3 125 €	-568 €			2 557 €	
68	Outros Gastos e Perdas	1 902 €	2 626 €	-724 €	-38%	830 €	1 072 €	129%
69	Gastos e Perdas Financiamento	2 451 €	1 149 €	1 302 €		1 496 €	955 €	64%
	Resultados	**-10 643 €**	**1 793 €**			**-21 736 €**		

Em 2024 o número médio de utentes na valência de Creche foi de 33.

À semelhança das outras valências de infância, também nesta foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, tendo este resultado na inexistência de endividamento por parte dos nossos utentes, o valor faturado foi de 19.620,74€. A partir de setembro de 2024, todas as crianças na valência de creche são gratuitas, sendo que o valor pago pele Segurança Social é de 473,80€/utente.

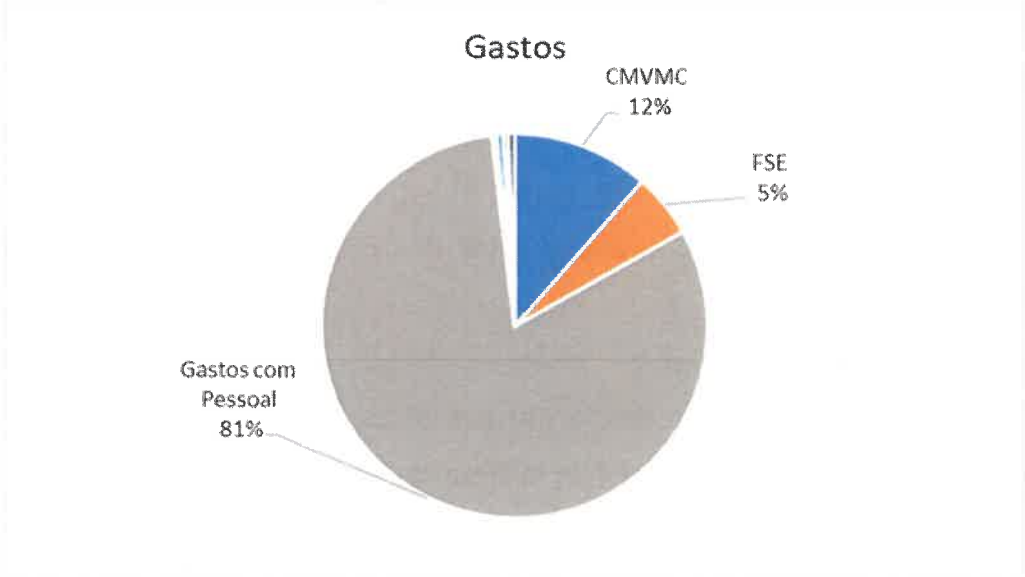
Na valência de Educação Pré-escolar o número médio de utente em 2024 foi de 45 utentes.

Também nesta valência, foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, tendo este resultado num baixo endividamento por parte dos nossos utentes, nesta valência foi faturado o valor de 107.886,09€, sendo o valor em dívida de 12,60€ (0,01%).

No decorrer de 2024 o custo médio por utente na valência de Creche é de 593 euros e na valência de Pré-escolar é de 402 euros.

Os proveitos de 2024 comparativamente a 2023 registaram um aumento de 29.078 euros (+7%). Em relação aos valores orçamentados os proveitos apresentam um desvio positivo de 36.816 euros (+9%).

As prestações de serviços em 2024 apresentaram uma variação positiva de 33.973 euros (+8%) face ao ano de 2023.



Nos gastos, as rubricas de maior relevo são as apresentadas no gráfico acima, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 452.888 euros, mais 41.514 euros (+9%) face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados os gastos apresentam um desvio de mais 25.723 euros (+6%).

Os CMVMC, a segunda maior rubrica com um peso de 12% no total dos gastos, apresenta um valor 51.877 euros, com um aumento em relação a 2023 de 1.988 euros (+4%), e um desvio de mais 1.757 euros (+4%) face ao valor orçamentado.

Os FSE, apresentaram um valor de 24317 euros, com um aumento em relação a 2023 de 5.326 euros (+22%), e um desvio de mais 3.799 euros (+19%) face ao valor orçamentado.

Os gastos com o pessoal, a primeira maior rubrica com um peso de 81% no total dos gastos, apresentaram um valor de 368.223 euros, com um aumento em relação a 2023 de 34.057 euros (+9%). Estes aumentos devem-se ao aumento do ordenado mínimo nacional e também ao facto das tabelas salariais de UMP terem sido atualizadas em Outubro de 2024 com efeitos retroativos a Janeiro 2024.

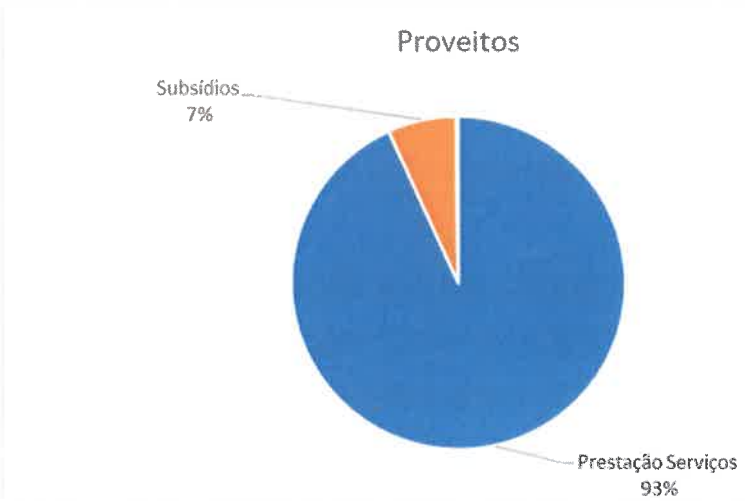
Centro de Bem Estar Infantil Santa Teresinha

		CBEIST						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**167 465 €**	**171 091 €**	**-3 626 €**	**-2%**	**170 401 €**	**-2 936 €**	**-2%**
72	Prestação de Serviços	156 047 €	154 597 €	1 450 €	1%	155 232 €	815 €	1%
75	Subsídios	11 166 €	11 631 €	-465 €	-4%	11 808 €	-642 €	-5%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	252 €	4 863 €	-4 611 €	-1830%	3 361 €	-3 109 €	-93%
	Total de Gastos	**198 109 €**	**177 335 €**	**20 774 €**	**10%**	**179 098 €**	**19 011 €**	**11%**
61	CMVMC	21 448 €	21 740 €	-292 €	-1%	23 443 €	-1 995 €	-9%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	9 657 €	7 626 €	2 032 €	21%	6 996 €	2 661 €	38%
63	Gastos com Pessoal	164 324 €	143 714 €	20 610 €	13%	146 788 €	17 536 €	12%
64	Gastos Depreciação e Amortização	741 €	804 €	-63 €	-8%	785 €	-44 €	-6%
68	Outros Gastos e Perdas	901 €	1 297 €	-396 €	-44%	469 €	432 €	92%
69	Gastos e Perdas Financiamento	1 037 €	689 €	348 €	34%	617 €	420 €	68%
	Resultados	**-30 644 €**	**-6 244 €**			**-8 697 €**		

Em 2024 o número médio de utente no Centro Bem Estar Infantil Santa Teresinha foi de 26.

No decorrer do ano, foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, tendo este resultado num baixo endividamento por parte dos nossos utentes, nesta valência foi faturado o valor de 5.633,81€, sendo o valor em dívida de 507,34€ (9%) (que corresponde a dois meses de mensalidade de uma criança, processo entregue aos nossos advogados). A partir de setembro de 2024, todas as crianças na valência de creche são gratuitas, sendo que o valor pago pele Segurança Social é de 473,80€/utente.

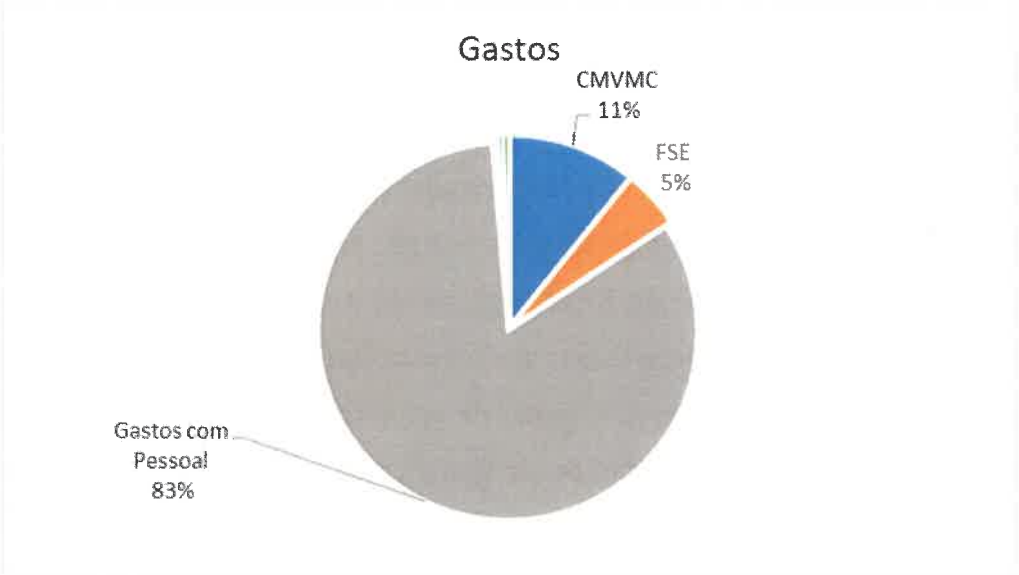
O custo médio por utente na valência é de 641 euros.



Os proveitos de 2024 comparativamente a 2023 registaram um decréscimo de 3.626 euros (-2%). Em relação aos valores orçamentados os proveitos apresentam um desvio negativo de 2.936 euros (-2%).

As prestações de serviços em 2024 apresentaram uma variação positiva de 1.450 euros (+1%) face ao ano de 2023.

Os subsídios em 2024 apresentam uma variação negativa de 465 euros (-4%) face ao ano de 2023.



Nos gastos, as rubricas de maior relevo são as apresentadas no gráfico acima, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 198.109 euros, mais 20.774 euros (+10%) face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados os gastos apresentam um desvio de mais 19.011 euros (+11%).

Os CMVMC, a segunda maior rubrica com um peso de 11% no total dos gastos, apresenta um valor 21.448 euros, com uma redução em relação a 2023 de 292 euros (-1%), e um desvio de menos 1.995 euros (-9%) face ao valor orçamentado.

Os FSE, apresentaram um valor de 9.657 euros, com um aumento em relação a 2023 de 2.032 euros (-21%), e um aumento 2.661 euros (+38%) face ao valor orçamentado.

Os gastos com o pessoal, a primeira maior rubrica com um peso de 83% no total dos gastos, apresentaram um valor de 164.324 euros, com um aumento em relação a 2023 de 20.610 euros (+13%), e um desvio de mais 17.536 euros (+12%) face ao valor orçamentado. Estes aumentos devem-se ao aumento do ordenado mínimo nacional e também ao facto das tabelas salariais de UMP terem sido atualizadas em Outubro de 2024 com efeitos retroativos a Janeiro 2024.

ERPI – Santa Maria

		ERPI Santa Maria						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**2 736 308 €**	**2 526 766 €**	**209 542 €**	**8%**	**2 386 164 €**	**350 144 €**	**15%**
71	Vendas	9 330 €	7 600 €	1 730 €	19%	7 752 €	1 578 €	20%
72	Prestação de Serviços	2 534 591 €	2 290 138 €	244 453 €	10%	2 282 400 €	252 191 €	11%
75	Subsídios	31 682 €	90 065 €	-58 383 €	-184%	28 800 €	2 882 €	10%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	160 705 €	138 963 €	21 742 €	14%	67 212 €	93 493 €	139%
	Total de Gastos	**2 787 034 €**	**2 556 264 €**	**230 771 €**	**8%**	**2 547 086 €**	**239 948 €**	**9%**
61	CMVMC	513 183 €	463 473 €	49 710 €	10%	426 261 €	86 922 €	20%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	244 766 €	196 056 €	48 710 €	20%	172 042 €	72 724 €	42%
63	Gastos com Pessoal	1 864 099 €	1 736 872 €	127 227 €	7%	1 796 216 €	67 883 €	4%
64	Gastos Depreciação e Amortização	140 551 €	139 554 €	997 €	1%	139 515 €	1 036 €	1%
68	Outros Gastos e Perdas	12 561 €	13 416 €	-855 €	-7%	5 713 €	6 848 €	120%
69	Gastos e Perdas Financiamento	11 875 €	6 892 €	4 982 €	42%	7 339 €	4 536 €	62%
	Resultados	**-50 726 €**	**-29 498 €**			**-160 922 €**		

Em 2024 o número médio de utente na ERPI Santa Maria foi de 152.

No decorrer do ano, foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, nesta valência foi faturado o valor de 1.449.923,87€, sendo o valor em dívida de 22.979,42€ (1,58%). O trabalho efetuado tem sido no sentido de se recuperar todos os valores que ainda se encontram pendentes, temos estabelecido contato com as famílias/responsáveis dos utentes e quando esgotamos todas as tentativas os processos são encaminhados para os nossos advogados.

O custo médio por utente na valência, em 2024, é de 1.526 euros.

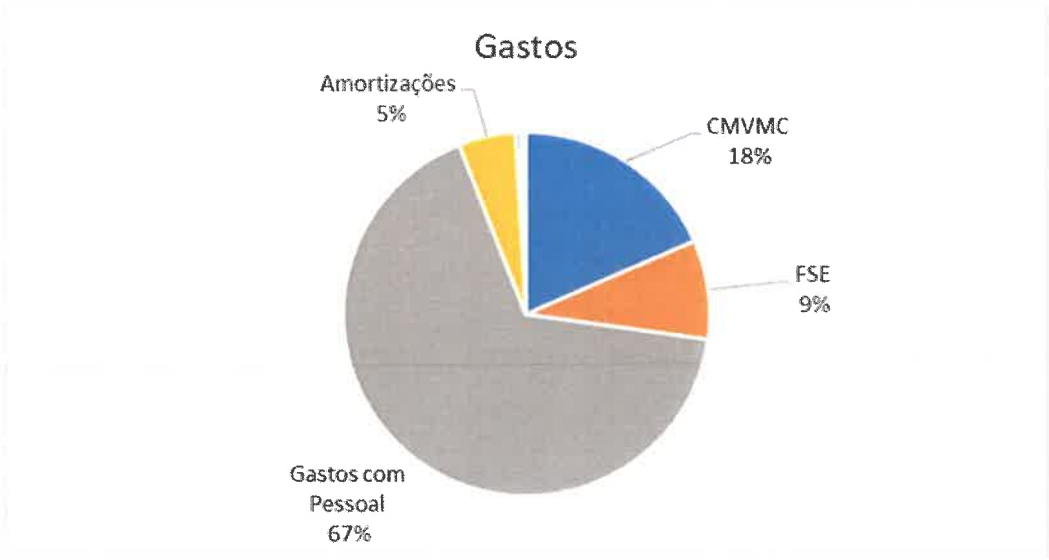
A rubrica outros rendimentos e ganhos está dividida da seguinte forma:

78 - Outros Rendimentos	
Imputação Sub. Investimento	73 065,91 €
Donativo	70 633,91 €
Falta aviso Prévio	5 704,58 €

Em 2024 comparativamente a 2023, os proveitos registaram um aumento de 209.542 euros (+8%). Em relação aos valores orçamentados os proveitos apresentam um desvio positivo de 350.144 euros (15%).

As prestações de serviços em 2024 apresentaram uma variação positiva de 244.453 euros (+10%) face ao ano de 2024.

A rubrica dos subsídios em 2024 apresenta uma variação negativa de 58.383 euros (-184%) face ao ano de 2024.



Nos gastos, as rubricas de maior relevo são as apresentadas no gráfico acima, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 2.787.034 euros, mais 230.771 euros (+8%) face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados os gastos apresentam um desvio de mais 239.948 euros (+9%).

Os CMVMC, a segunda maior rubrica com um peso de 18% no total dos gastos, apresenta um valor 513.183 euros, com um aumento em relação a 2023 de 49.710 euros (+10%), um desvio de mais 86.922 euros (+20%) face ao valor orçamentado.

Os FSE, terceira maior rubrica com um peso de 9% no total dos gastos, apresenta um valor de 244.766 euros, com um aumento em relação a 2023 de 48.710 euros (+20%), e um desvio de mais 72.724 euros (-42%) face ao valor orçamentado.

Os gastos com o pessoal, a primeira maior rubrica com um peso de 67% no total dos gastos, apresentaram um valor de 1.864.099 euros, com um aumento em relação a 2023 de 127.227 euros (+7%), e um desvio de mais 67.883 euros (+4%) face ao valor orçamentado. Estes aumentos devem-se ao aumento do ordenado mínimo nacional e também ao facto das tabelas salariais de UMP terem sido atualizadas em Outubro de 2024 com efeitos retroativos a Janeiro 2024.

Na rubrica das amortizações, a quarta maior com um peso de 5% no total dos gastos, apresentando um valor de 140.551 euros.

Serviço de Apoio ao Domicílio

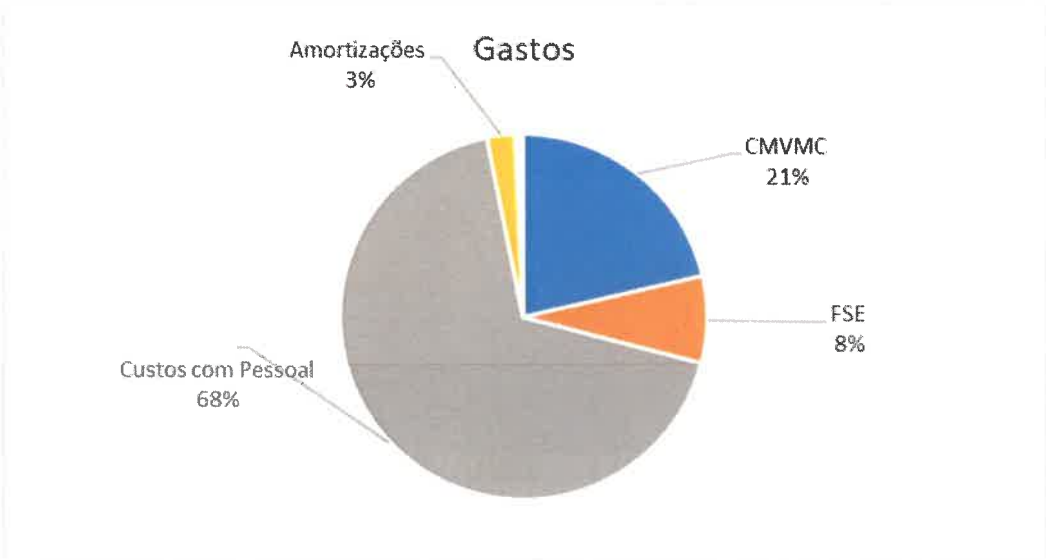
		Apoio Domiciliário						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**593 074 €**	**536 590 €**	**56 484 €**	**10%**	**522 764 €**	**70 310 €**	**13%**
72	Prestação de Serviços	592 357 €	522 914 €	69 443 €	12%	519 984 €	72 373 €	14%
75	Subsídios		13 265 €	-13 265 €		1 656 €	-1 656 €	-100%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	717 €	411 €	306 €		1 124 €	-407 €	-36%
	Total de Gastos	**595 249 €**	**542 569 €**	**52 680 €**	**9%**	**546 235 €**	**49 014 €**	**9%**
61	CMVMC	127 176 €	111 275 €	15 901 €	13%	104 098 €	23 078 €	22%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	45 855 €	42 100 €	3 755 €	8%	42 406 €	3 449 €	8%
63	Gastos com Pessoal	403 465 €	376 243 €	27 223 €	7%	387 820 €	15 645 €	4%
64	Gastos Depreciação e Amortização	14 479 €	9 691 €	4 789 €	33%	9 618 €	4 861 €	51%
67	Provisões do Período	113 €		113 €	100%		113 €	
68	Outros Gastos e Perdas	1 821 €	2 066 €	-244 €	-13%	831 €	990 €	119%
69	Gastos e Perdas Financiamento	2 339 €	1 195 €	1 145 €	49%	1 462 €	877 €	60%
	Resultados	**-2 175 €**	**-5 979 €**			**-23 471 €**		

Em 2024 o número médio de utente na valência foi de 71.

Também nesta valência, foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, tendo este resultado num baixo endividamento por parte dos nossos utentes, nesta valência foi faturado o valor de 229.417,98€, sendo o valor em dívida de 727,37€ (0,31%), continuamos a trabalhar para que todos estes valores sejam recuperados e que o valor em divida seja nulo.

O custo médio por utente na valência, em 2024, é de 701 euros.

As rubricas de proveitos em 2024 comparativamente a 2023 registou-se um aumento de 56.484 euros (+10%). Em relação aos valores orçamentados os proveitos apresentam um desvio positivo de 70.310 euros (+13%).



Nos gastos, as rubricas de maior relevo são as apresentadas no gráfico acima, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 595.249 euros, mais 52.680 euros (+9%) face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados os gastos apresentam um desvio de mais de 49.014 euros (-9%).

Os CMVMC, a segunda maior rubrica com um peso de 21% no total dos gastos, apresenta um valor 127.176 euros, com um aumento em relação a 2023 de 15.901 euros (+13%), e um desvio de mais 23.078 euros (+22%) face ao valor orçamentado.

Os FSE, terceira maior rubrica com um peso de 8% no total dos gastos, apresenta um valor de 45.855 euros, com um aumento em relação a 2023 de 3.755 euros (+8%), e um desvio de mais 32449 euros (-8%) face ao valor orçamentado.

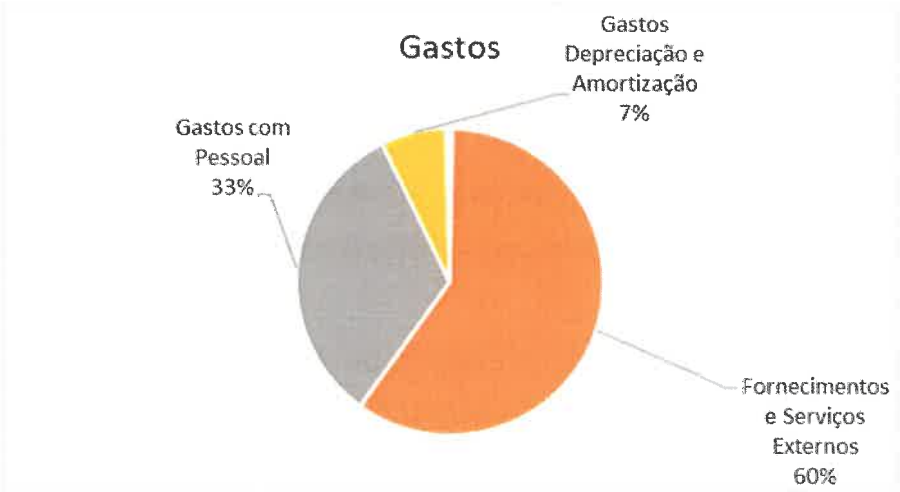
Os gastos com o pessoal, a primeira maior rubrica com um peso de 68% no total dos gastos, apresentaram um valor de 403.465 euros, com um aumento em relação a 2023 de 27.223 euros (+7%), e um desvio de mais 15.645 euros (+4%) face ao valor orçamentado. Estes aumentos devem-se ao aumento do ordenado mínimo nacional e também ao facto das tabelas salariais de UMP terem sido atualizadas em Outubro de 2024 com efeitos retroativos a Janeiro 2024.

Na rubrica das amortizações, a quarta maior com um peso de 3% no total dos gastos, apresentando um valor de 14.479 euros, com um aumento de 4.789 euros (+33%), e um desvio de mais 4.861 euros (+51%) face ao valor orçamentado.

Exploração Agrícola

		Exploração Agrícola						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**233 729 €**	**2 000 €**	**231 729 €**		**649 500 €**	**-415 771 €**	**-64%**
71	Vendas	232 229 €	1 750 €	230 479 €		649 500 €	-417 271 €	-64%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	1 500 €	250 €	1 250 €		0 €	1 500 €	
	Total de Gastos	**52 353 €**	**25 044 €**	**27 309 €**	**52%**	**46 917 €**	**5 389 €**	**11%**
61	CMVMC	167 €	739 €	-571 €	-29%	21 861 €	-21 694 €	-99%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	31 201 €	4 463 €	26 738 €	86%	4 554 €	26 647 €	585%
63	Gastos com Pessoal	17 205 €	15 502 €	1 703 €	10%	16 253 €	952 €	6%
64	Gastos Depreciação e Amortização	3 565 €	2 694 €	871 €	24%	2 692 €	873 €	32%
68	Outros Gastos e Perdas	94 €	1 571 €	-1 477 €		1 483 €	-1 389 €	-94%
69	Gastos e Perdas Financiamento	121 €	75 €			74 €		
	Resultados	**181 376 €**	**-23 044 €**			**602 583 €**		

Os proveitos de 2024 comparativamente a 2023 registaram uma variação positiva de 231.729 euros, esta variação deve-se ao facto de em 2024 ter existido tiragem de cortiça e venda de eucaliptos.



Nos gastos, as rubricas de maior relevo são as apresentadas no gráfico acima, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 52.353 euros, mais 27.309 euros face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados os gastos

apresentam um desvio positivo de 5.389 euros (+11%). Também na rubrica dos gastos esta variação deve-se ao facto de em 2024 ter existido tiragem de cortiça e venda de eucaliptos.

Os FSE, a primeira maior rubrica com um peso de 60% no total dos gastos, apresentaram um valor de 31.201 euros, com um aumento em relação a 2023 de 26.738 euros, e um desvio de mais 26.647 euros face ao valor orçamentado. Esta variação deve-se ao facto de em 2024 ter existido tiragem de cortiça e venda de eucaliptos.

Os gastos com FSE, estão repartidos da seguinte forma (principais contas):

Resumo conta 62		
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	**27 627 €**
622101	PS - Cortiça	23 719 €
622603	Conservação e Reparação Veículos Automóveis	2 163 €
6242	Combustíveis	1 745 €

Os Gastos com o pessoal, a segunda maior rubrica com um peso de 33% no total dos gastos, apresenta um valor de 17.205 euros, com um aumento em relação a 2023 de 1.703 euros (+10%).

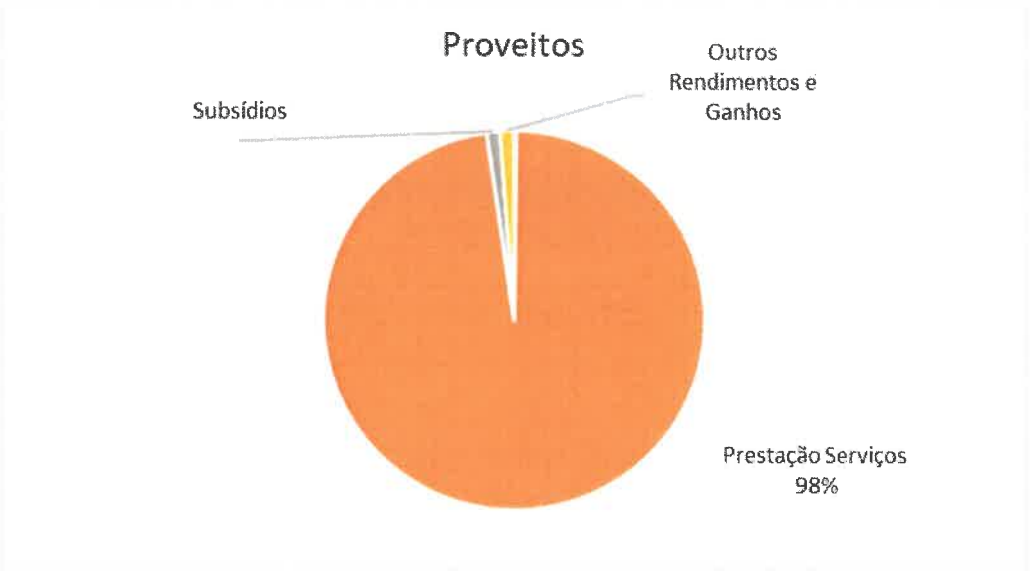
ERPI Residências do Pinhal

		Residências do Pinhal						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**804 588 €**	**758 800 €**	**45 788 €**	**6%**	**780 350 €**	**24 238 €**	**3%**
71	Vendas	1 668 €	3 420 €	-1 752 €	-105%	4 370 €	-2 702 €	-62%
72	Prestação de Serviços	784 612 €	704 938 €	79 674 €	10%	695 016 €	89 596 €	13%
75	Subsídios	9 012 €	39 148 €	-30 136 €	-334%	29 736 €	-20 724 €	-70%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	9 296 €	11 294 €	-1 998 €	-21%	51 228 €	-41 932 €	-82%
	Total de Gastos	**833 738 €**	**735 436 €**	**98 302 €**	**12%**	**734 710 €**	**99 028 €**	**13%**
61	CMVMC	124 419 €	111 656 €	12 764 €	10%	108 219 €	16 200 €	15%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	124 616 €	86 582 €	38 034 €	31%	77 834 €	46 782 €	60%
63	Gastos com Pessoal	544 826 €	499 739 €	45 087 €	8%	513 399 €	31 427 €	6%
64	Gastos Depreciação e Amortização	33 254 €	31 699 €	1 555 €	5%	31 743 €	1 511 €	5%
68	Outros Gastos e Perdas	3 105 €	3 692 €	-588 €	-19%	1 383 €	1 722 €	124%
69	Gastos e Perdas Financiamento	3 518 €	2 068 €	1 450 €	41%	2 132 €	1 386 €	65%
	Resultados	**-29 150 €**	**23 364 €**			**45 640 €**		

Em 2024 o número médio de utente na valência foi de 41.

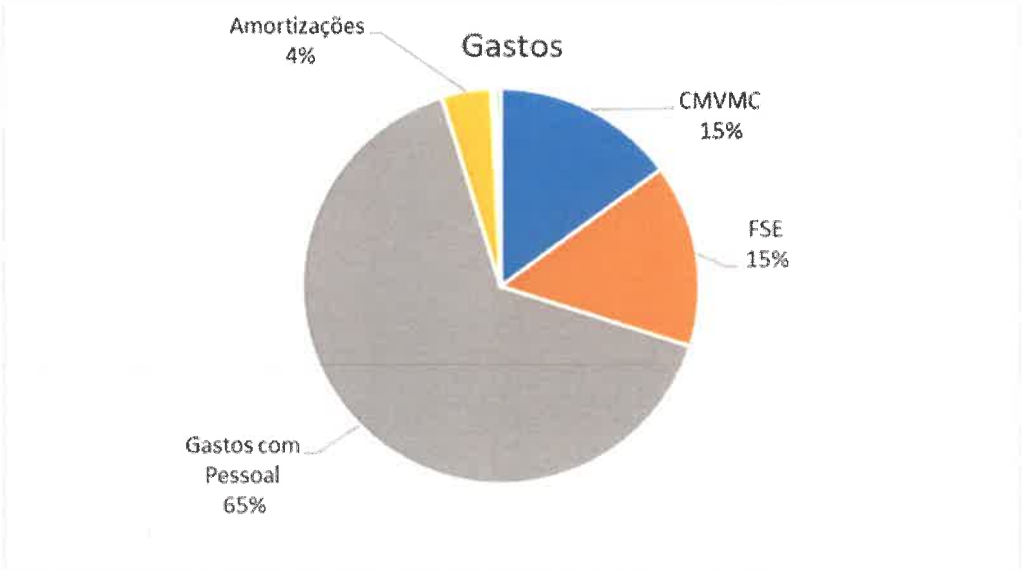
Também nesta valência, foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, tendo este resultado num baixo endividamento por parte dos nossos utentes, nesta valência foi faturado o valor de 563.971,67€, sendo o valor em dívida de 3.467,78€ (0,61%), continuamos a trabalhar para que todos estes valores sejam recuperados e que o valor em divida seja nulo.

O custo médio por utente na valência, em 2024, é de 1.678 euros.



Os proveitos de 2024 comparativamente a 2023 registaram um aumento de 48.788 euros (+6%). Em relação aos valores orçamentados os proveitos apresentam um desvio positivo de 24.238 euros (+3%).

As prestações de serviços em 2024 representam 98% do rendimento da valência e apresentaram uma variação positiva de 79.674 euros (+10%) face ao ano de 2023.



Nos gastos, as rubricas de maior relevo são as apresentadas no gráfico acima, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 833.738 euros, mais 98.302 euros (+12%) face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados os gastos apresentam um desvio de mais 99.028 euros (+13%).

Os CMVMC, com um peso de 15% no total dos gastos, apresentam um valor 124.419 euros, com um acréscimo em relação a 2023 de 12.764 euros (+10%), e um desvio de mais 16.200 euros (+15%) face ao valor orçamentado.

Os FSE, com um peso de 15% no total dos gastos, apresentam um valor de 124.616 euros, com um aumento em relação a 2023 de 38.034 euros (+31%), e um desvio de mais 46.782 euros face ao valor orçamentado.

Os gastos com o pessoal, a primeira maior rubrica com um peso de 65% no total dos gastos, apresentaram um valor de 544.826 euros, com um aumento em relação a 2023 de 45.087 euros (+8%), e um desvio de 31.427 euros (+6%) face ao valor orçamentado. Estes aumentos devem-se ao aumento do ordenado mínimo nacional e também ao facto das tabelas salariais de UMP terem sido atualizadas em Outubro de 2024 com efeitos retroativos a Janeiro 2024.

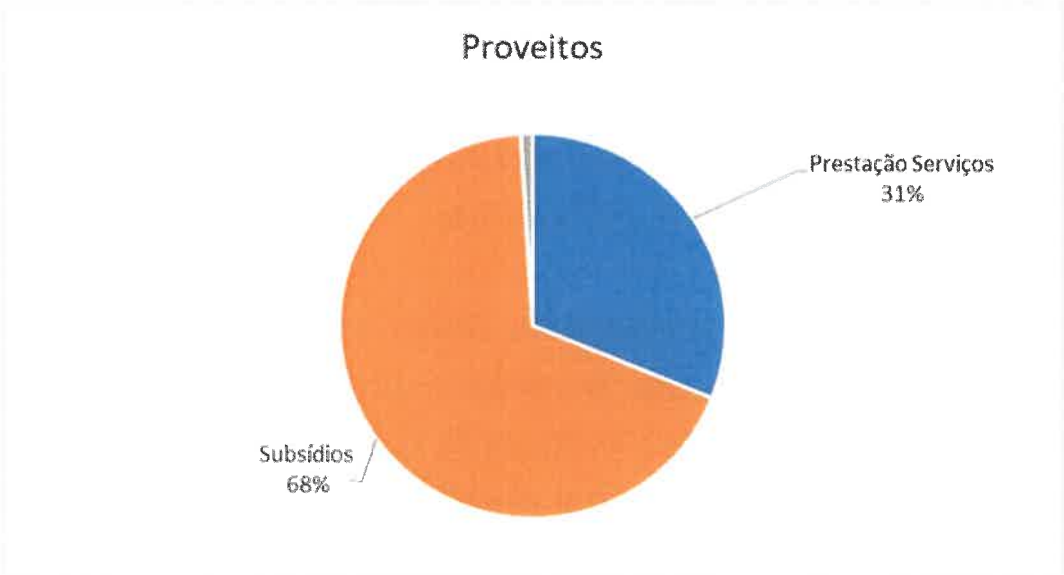
UCCI São João de Deus

		UCCI São João Deus						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**971 826 €**	**849 518 €**	**122 308 €**	**13%**	**784 512 €**	**187 314 €**	**24%**
72	Prestação de Serviços	302 419 €	281 237 €	21 182 €	**7%**	213 528 €	88 891 €	42%
75	Subsídios	659 829 €	554 758 €	105 071 €	**16%**	565 068 €	94 761 €	17%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	9 578 €	13 523 €	-3 945 €	**-41%**	5 916 €	3 662 €	62%
	Total de Gastos	**1 052 134 €**	**925 056 €**	**127 078 €**	**12%**	**936 410 €**	**115 724 €**	**12%**
61	CMVMC	140 045 €	125 257 €	14 788 €	**11%**	123 542 €	16 503 €	13%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	87 412 €	89 853 €	-2 440 €	**-3%**	86 243 €	1 169 €	1%
63	Gastos com Pessoal	760 446 €	673 155 €	87 292 €	**11%**	696 422 €	64 024 €	9%
64	Gastos Depreciação e Amortização	51 532 €	27 711 €	23 821 €	**46%**	25 352 €	26 180 €	103%
68	Outros Gastos e Perdas	7 551 €	5 979 €	1 572 €	**21%**	1 859 €	5 692 €	306%
69	Gastos e Perdas Financiamento	5 147 €	3 102 €	2 046 €	**40%**	2 992 €	2 155 €	72%
	Resultados	**-80 308 €**	**-75 538 €**			**-151 898 €**		

Em 2024 o número médio de utente na valência foi de 31.

No decorrer do ano, foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, tendo este resultado num baixo endividamento por parte dos nossos utentes, nesta valência foi faturado o valor de 885.505,74€, sendo o valor em dívida de 7.540,07€ (0,85%), continuamos a trabalhar para que todos estes valores sejam recuperados e que o valor em divida seja nulo.

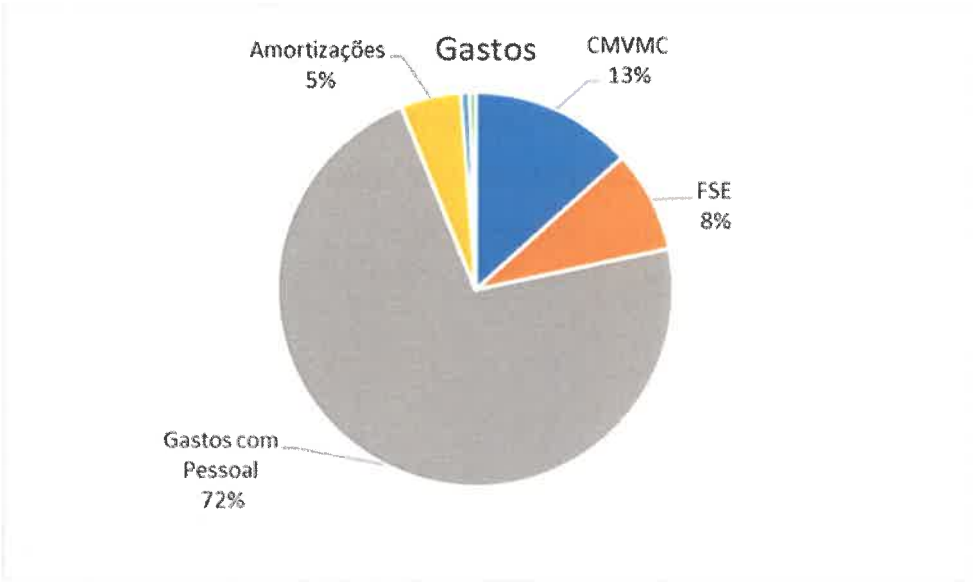
O custo médio por utente na valência, em 2024, é de 2.814 euros.



Os proveitos de 2024 comparativamente a 2023 registaram um aumento de 122.308 euros (+13%). Em relação aos valores orçamentados os proveitos apresentam um desvio positivo de 187.314 euros (+24%).

As prestações de serviços em 2024 apresentaram uma variação positiva de 21.182 euros (+7%) face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados as prestações de serviços apresentam um desvio positivo de 88.891 euros (+42%).

A rubrica dos subsídios em 2024 apresenta uma variação positiva de 105.071 euros (+16%) face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados os subsídios apresentam um desvio positivo de 94.761 euros (+17%).



Nos gastos, as rubricas de maior relevo são as apresentadas no gráfico acima, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 1.052.134 euros, mais 127.078 euros (+12%) face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados os gastos apresentam um desvio de mais 115.724 euros (+12%).

Os CMVMC, a segunda maior rubrica com um peso de 13% no total dos gastos, apresenta um valor 140.045 euros, com um aumento em relação a 2023 de 14.788 euros, e um desvio de mais de 16.503 euros (+13%) face ao valor orçamentado.

Os FSE, terceira maior rubrica com um peso de 8% no total dos gastos, apresenta um valor de 87.412 euros, com uma redução em relação a 2023 de 2.440 euros (-3%), e um desvio de mais 1.169 euros (+1%) face ao valor orçamentado.

A rubrica FSE está dividida da seguinte forma:

62	FSE	
	Honorários	22 467,27 €
	Conservação e reparação	10 248,69 €
	Energia e fluidos	24 350,66 €
	Outros (seguros, comunicações, recolha de lixos, etc.)	10 924,31 €

Os gastos com o pessoal, a primeira maior rubrica com um peso de 72% no total dos gastos, apresentaram um valor de 760.446 euros, com um aumento em relação a 2023 de 87.292 euros, e um desvio de mais 64.024 euros (+9%) face ao valor orçamentado. Estes aumentos devem-se ao aumento do ordenado mínimo nacional e também ao facto das tabelas salariais de UMP terem sido atualizadas em Outubro de 2024 com efeitos retroativos a Janeiro 2024.

UCCI Conde Bracial

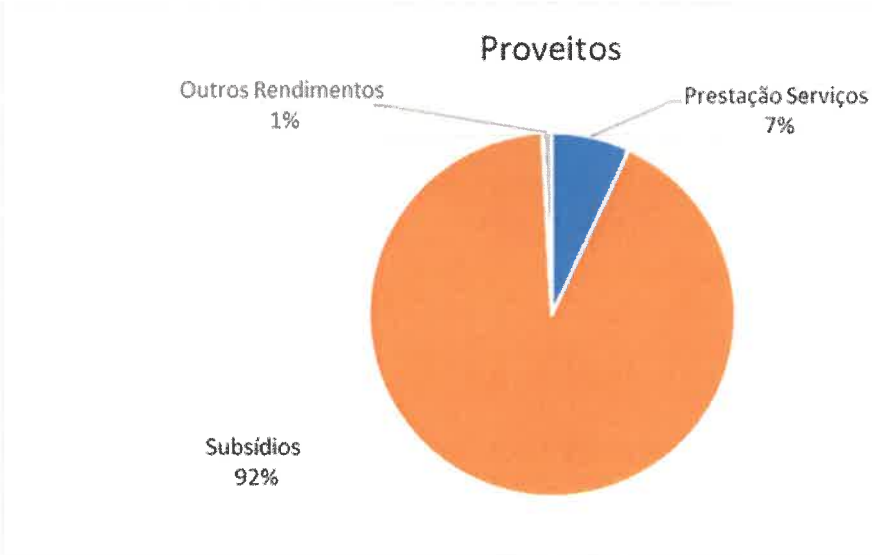
		UCCI Conde Bracial						
		2024	2023	Variações 2023/2024		Orçamento 2024	Desvios face ao Orçamento	
	Total de Proveitos	**1 928 272 €**	**1 453 099 €**	**475 173 €**	**25%**	**1 455 660 €**	**472 612 €**	**32%**
72	Prestação de Serviços	133 032 €	187 446 €	-54 414 €	-41%	205 392 €	-72 360 €	-35%
75	Subsídios	1 779 171 €	1 239 757 €	539 414 €	30%	1 241 328 €	537 843 €	43%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	16 069 €	25 896 €	-9 827 €	-61%	8 940 €	7 129 €	80%
	Total de Gastos	**1 845 661 €**	**1 773 890 €**	**71 771 €**	**4%**	**1 944 687 €**	**-99 026 €**	**-5%**
61	CMVMC	221 442 €	242 380 €	-20 939 €	-9%	244 834 €	-23 392 €	-10%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	184 721 €	161 861 €	22 860 €	12%	153 841 €	30 880 €	20%
63	Gastos com Pessoal	1 361 203 €	1 287 362 €	73 841 €	5%	1 357 446 €	3 757 €	0%
64	Gastos Depreciação e Amortização	59 523 €	58 275 €	1 248 €	2%	58 122 €	1 401 €	2%
67	Provisões do Período	8 438 €	0 €	8 438 €	100%	0 €	8 438 €	
68	Outros Gastos e Perdas	10 335 €	18 039 €	-7 704 €	-75%	8 270 €	2 065 €	25%
69	Gastos e Perdas Financiamento	0 €	5 973 €	-5 973 €		5 930 €	-5 930 €	-100%
	Resultados	**82 611 €**	**-320 791 €**			**-489 027 €**		

Em 2024 o número médio de utente na valência foi de 45.

No decorrer do ano, foi efetuado o acompanhamento mensal dos valores em dívida, tendo este resultado num baixo endividamento por parte dos nossos utentes, nesta

valência foi faturado o valor de 1.817.414,70€, sendo o valor em dívida de 1.334,08€ (0,07%), continuamos a trabalhar para que todos estes valores sejam recuperados e que o valor em divida seja nulo.

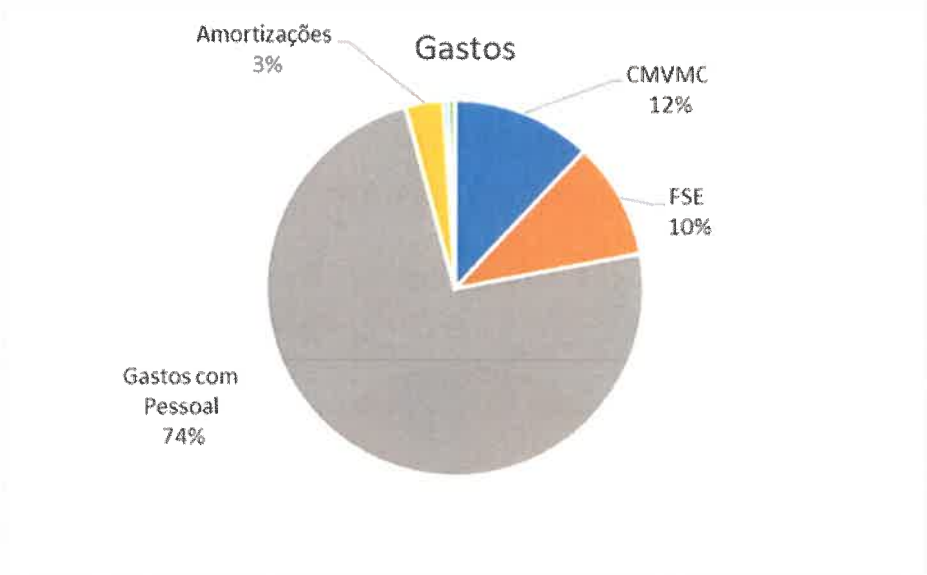
O custo médio por utente na valência, em 2024, é de 3.443 euros.



Os proveitos de 2024 comparativamente a 2023 registaram um aumento de 475.173 euros (+25%), esta variação deve-se ao facto de a Unidade de Convalescença ter funcionado todo o ano de 2024. Em relação aos valores orçamentados os proveitos apresentam um desvio positivo de 472.612 euros (+32%).

As prestações de serviços em 2024 apresentaram uma variação negativa de 54.414 euros (-41%) face ao ano de 2023, esta variação deve-se ao facto de na UC não se faturar ao utente, mas sim à ACSS. Em relação aos valores orçamentados as prestações de serviços apresentam um desvio negativo de 72.360 euros (-35%).

A rubrica dos subsídios em 2024 apresenta uma variação positiva de 539.414 euros (+30%) face ao ano de 2023, esta variação ocorre devido ao facto das faturas da UC serem emitidas à ACSS. Em relação aos valores orçamentados os subsídios apresentam um desvio positivo de 537.843 euros (+43%).



Nos gastos, as rubricas de maior relevo são as apresentadas no quadro acima, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 1.845.661 euros, mais 71.771 euros (+4%) face ao ano de 2023. Em relação aos valores orçamentados os gastos apresentam um desvio negativo de 99.026 euros (-5%).

Os CMVMC, a segunda maior rubrica com um peso de 12% no total dos gastos, apresenta um valor 221.442 euros, com um decréscimo em relação a 2023 de 20.939 euros (-9%), e um desvio negativo de 23.392 euros (-10%) face ao valor orçamentado.

Os FSE, terceira maior rubrica com um peso de 10% no total dos gastos, apresenta um valor de 184.721 euros, com um aumento em relação a 2023 de 22.860 euros (+12%), um desvio de mais 30.880 euros (+20%) face ao valor orçamentado.

Os gastos com o pessoal, a primeira maior rubrica com um peso de 74% no total dos gastos, apresentaram um valor de 1.361.203 euros, com um aumento em relação a 2023 de 73.841 euros (+5%), e um desvio de mais 3.757 euros face ao valor orçamentado.

Mesa Administrativa

7 – CRETIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA RAQUEL CRAVO
PEDRO CORTEZ PEDROSA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO MOURÃO PASQUINI
MONICA SOFIA PINHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO CACÉM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 10.523.652 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.525.032 euros, incluindo um resultado líquido de 98.440 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO CACÉM** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 23
Sociedade de Auditoria inscrita na C.M.V.M. sob o n.º 20161381
Capital Social € 25.000
N.º de Matrícula/NIPC: 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Coronel Jorge Botelho Moniz, nº 75, 8º piso, Fração E.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 231 197
www.oraoc.pt - E-mail: geral@oraoc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 23 de Maio, nº 224, 1º andar, 3
2410-599 Leiria, Portugal
T: +351 244 823 175

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitânia
Av. de França, 256, 6º, Sala 6.4
4050-277 Porto, Portugal
T: +351 226 324 822

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2025

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o nº 20160877

8 – PARECER DO CONSELHO FISCAL

Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém
Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, no exercício das competências que são atribuídas pelas disposições legais e estatutárias, conforme o disposto nas alíneas a) e c) do número 1 do artigo 31º do Compromisso, vem pronunciar-se sobre a apreciação que efetuou ao Relatório de Atividades, Balanço e Contas referentes ao exercício de 2024.

Para além do acompanhamento, observação e fiscalização que foi efetuando, ao longo do ano de exercício, analisou este Conselho Fiscal os documentos (Relatório e Contas) apresentados pela Mesa Administrativa e, após verificados, concluiu que, quer o Relatório, quer as Contas, satisfazem os requisitos legais, traduzindo estas, fielmente, a situação económica e financeira da Instituição, e demonstrando a forma correta, prudente e realista, como a Mesa Administrativa pautou a sua conduta no ano do exercício.

Os documentos ora apresentados, permitem proceder à avaliação das atividades desenvolvidas e verificar que os documentos contabilísticos estão corretamente elaborados e que refletem a situação real da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém.

Deste modo, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

Que se aprove o Relatório das atividades e as Contas de Gerência referentes ao exercício de 2024.

Santiago do Cacém, 21 de Março de 2025

Rui Afonso de Sousa Rodrigues da Silva, Presidente

Jorge Manuel Fernandes dos Santos Nunes Raposo

José da Fonseca Fernandes.